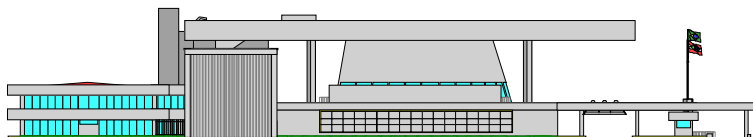


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 22 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.393

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Seráfim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Sílvio Dreveck  
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider  
Narcizo Parisotto  
José Milton Scheffer  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Ângela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Ângela Albino  
Sílvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon  
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Seráfim Venzon  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
Maurício Eskudlark  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">Internet: www.alesc.sc.gov.br</a></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 016ª Sessão Ordinária realizada em 14/03/2012.....2 Ata da 002ª Sessão Extraordinária realizada em 14/03/2012.....13 Ata da 017ª Sessão Ordinária realizada em 15/03/2012.....15</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Presidência DL .....18 Atos da Mesa DL .....19</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissões Permanentes.....20 .....20 Aviso de Licitação .....20 Decreto Legislativo.....20 Redações Finais .....24</p>
---	---	--

## PLENÁRIO

# ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Registra a presença de autoridades de Major Vieira.

#### Breves Comunicações

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Discute a dificuldade de custeio dos hospitais e defende a aprovação de projeto para resolver a situação.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Faz seu pronunciamento como novo líder da bancada do PMDB.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Pede melhor tratamento às comunidades atingidas por barragens.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Afirma que a inclusão social avançou e que a transferência de renda resultou em crescimento do país.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Relata visita realizada a comunidades em processo de pacificação no Rio de Janeiro.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Rio do Oeste.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Expressa satisfação com a inauguração do Hospital Universitário da Furb.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades oestinas.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Saúda o prefeito Edson Piriquito.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao prefeito de Balneário Camboriú.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Elogia a atuação do governo estadual na área da saúde.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Saúda autoridades de Barra Velha; volta a cobrar a pavimentação da estrada do Rio do Morro e da ligação entre a BR- 101 e Barra do Sul; pede a derrubada do veto ao PL n. 0367/2012.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Lembra dos 20 anos da morte de irmã Dulce, cujo processo de canonização tramita no Vaticano.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Pede apoio para a tramitação de projeto de sua autoria que cria os conselhos escolares antidrogas.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo projeto de sua autoria.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Elogia o governo federal pelo lançamento do programa Mais Educação; reporta-se à necessidade de estender os benefícios dos arts. 170 e 171 aos alunos do ensino técnico.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Solidariza-se com a posição do deputado Darci de Matos.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Informa que foram assinados os convênios decorrentes das disposições dos arts. 170 e 171 da Constituição de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro da satisfação da presença nesta Casa dos companheiros do município de Major Vieira, Narciso Woiciechowsky, Airto dos Santos, Edgar Knup e Wagner José da Silva, os quais estão assistindo a esta sessão ordinária.

Damos-lhes nossas boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, hoje pela manhã tivemos uma reunião na comissão de Saúde, que considero uma reunião muito especial e até histórica para esta Casa.

Nós já recebemos naquela comissão muitos prefeitos e outros representantes da sociedade para falar sobre problemas dos seus municípios, dos hospitais e da saúde em geral. Mas hoje foi uma reunião que contou com a presença do prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, como é conhecido pelo povo, veio trazer um apelo dramático e o deputado Jailson Lima esteve em grande parte da reunião e ouviu pessoalmente os clamores do prefeito.

Esse prefeito, que é do PMDB, que é da base do governo, veio pedir socorro para a saúde do seu município, especialmente para os hospitais de Balneário Camboriú. E esse clamor se espalha por todo o nosso estado.

Já está na hora, no segundo ano de governo, de um governo que afirmou em campanha, que afirmou na posse, que afirmou nas mensagens anuais que encaminhou a esta Casa que a saúde era prioridade: prioridade 1, prioridade 2 e prioridade 3!

Mas este governo, assim como outros, continua insensível e não se senta à mesa para conversar claramente sobre a situação dos hospitais, mais propriamente sobre o custeio dos hospitais.

Não adianta o governo, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico e um militante das questões de saúde nesta Casa, apenas dizer que atende os hospitais através de investimentos. Ótimo! Importante! Tem mesmo que haver investimentos. Só que o governo tem que saber que em decorrência

dos investimentos, devido aos investimentos, advém o custeio. Quando se investe em construção, ampliação e equipamentos, sempre há custeio.

Portanto, para que essa equação seja completa, o governo tem que considerar investimento e custeio. O custeio dos hospitais tem que deixar de ser um tabu. Se não quer usar o termo, mas acho que o termo claro é esse mesmo, custeio, que use outros substantivos, mas que aporte recursos para esse fim.

Deputado Antônio Aguiar, ontem falei desta tribuna sobre esse assunto, porque no plano nacional também estou cobrando do governo federal. Eu represento as Assembleias Legislativas, através da Unale, numa comissão nacional sediada na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde estamos desde dezembro em sucessivas reuniões, assessorados por professores, por universitários, técnicos de primeira ordem, analisando a tabela do SUS para apresentar propostas ao ministro da Saúde. E agora, esse nosso movimento nacional acopla-se à Frente Nacional por mais Verbas para a Saúde, criada no início de fevereiro, capitaneada pela Associação Médica Brasileira, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por diversas entidades médicas, entidades que militam no campo da saúde, como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde.

Através desse movimento estamos iniciando agora a coleta de assinaturas para uma emenda popular para restabelecer no Congresso Nacional o debate sobre a regulamentação da Emenda n. 29, uma vez que sua aprovação foi frustrada pela forma como foi votada e decidida em dezembro. Portanto, a União tem que aportar no mínimo 10% da sua receita líquida bruta para a Saúde.

Faremos parte e estamos nos incorporando, dando forma e agilidade para esse movimento nacional, a fim de que o debate volte ao Congresso Nacional. Enquanto isso, deputado Antônio Aguiar, o governo do estado não pode ficar alheio a esse debate e aos clamores que o prefeito apresentou hoje.

Nesse sentido, anunciei, ao abrir a reunião hoje pela manhã, que também queremos debater os projetos de lei dos nossos deputados, como o de v.exa., o do deputado Jorge Teixeira e o de minha autoria, que tratam do assunto do custeio dos hospitais.

O deputado Jorge Teixeira apresentou um projeto nesta Casa que propõe que assim como as entidades religiosas têm isenção de ICMS sobre as faturas de água e luz, os hospitais filantrópicos do nosso estado também a tenham.

V.Exa., deputado Antônio Aguiar, é autor de um projeto que trata da tabela. Para a defasagem de 30%, 40% ou 60%, o governo do estado poderá encontrar critérios justos, corretos e, a partir do comprometimento com o SUS, do número de leitos e da produção, definir critérios para complementar a tabela.

Por isso, deputado Antônio Aguiar, precisamos aproveitar os projetos e aí

acrescento também o de minha autoria, que propõe que dos recursos que compõem o Fundo Social, dos recursos que compõem os fundos do Seitec e dos recursos o compõem o Fadesc - que é constituído dos recebíveis do Prodec -, um percentual seja aportado na Saúde.

Vejam bem, quando o governo do estado criou o Prodec, deu incentivo para o desenvolvimento da indústria catarinense, postergando a arrecadação de impostos. Agora, quando as empresas começam a pagar esses impostos, esse dinheiro não entra no caixa do estado, vai direto para o Fadesc e sobre ele não incidem os 12% da Saúde.

Portanto, a Saúde está sendo usurpada em 12% dos recursos que vão para o Fadesc, assim como está sendo usurpada nos 6% da receita líquida do estado dos recursos que vão para o Fundo Social e dos 12% dos 0,5% da alíquota da receita líquida tributária do estado que deveria ir para os fundos que compõem o Seitec.

O projeto de minha autoria propõe que 12% do Fundo Social, 12% dos fundos do Seitec e 12% dos recursos do Fadesc primeiramente sejam aportados na Saúde. Isso não é muita coisa, mas dará, no mínimo, um fundo de R\$ 10 milhões, valor que poderá, com critérios rigorosos, justos, corretos, debatendo com a Federação dos Hospitais, com a Associação dos Hospitais, com o Conselho Estadual de Saúde, com a comissão de Saúde da Assembléia, socorrer os hospitais.

Estou saindo daqui agora, logo depois deste meu pronunciamento, para protocolar, no gabinete do sr. governador, um pedido de audiência da comissão de Saúde desta Casa, para entregarmos a sua excelência os dois volumes que perfazem o relatório de atividades da nossa comissão em 2011. Como segundo ponto, solicitaremos ao governador que receba também o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, porque é preciso que ele ouça, de viva voz, o reclamo de certos prefeitos e não apenas o dos seus assessores.

Quem ocupa um cargo majoritário tem que ouvir muitos assessores que mostram somente uma realidade que nem sempre é verdadeira. O governador tem que ouvir diretamente do povo, como também dos governantes municipais, a realidade. Por isso proponho que ouça o prefeito de Balneário Camboriú sobre a realidade difícil por que passam o Hospital Santa Inês e o Hospital Ruth Cardoso, que representam o que acontece em todo o estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Antes de conceder a palavra ao deputado Aldo Schneider, quero registrar a presença, nesta Casa, do empresário Alexandre Melchiorretto, que desenvolve projetos de habitação, principalmente o projeto Minha Casa, Minha Vida, no alto vale, que ajuda o crescimento da região; de Maurício Ricardo de Oliveira, uma

intelectualidade no mundo da inovação de energia; de Gilmar Santos Leite e de Diogo Sandri, do grupo Sandri, da região de Taió; de Nilberto Ari Lehmkuhl, da empresa Nema, de Rio do Sul, que é um empresário do segmento da energia, e do ex-prefeito de Ibirama, Dieter Staudinguer.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação podermos voltar a assomar à tribuna para que, através dela, possamos ecoar por toda Santa Catarina a história política da bancada do PMDB nesta Casa e o papel que desempenhou ao longo de toda a sua existência.

Antes de adentrar ao meu pronunciamento, gostaria de cumprimentar o ex-prefeito de Ibirama, cidade onde moro, Dieter Staudinguer, que está fazendo uma visita a esta Casa, e todos os empresários do vale do Itajaí, em especial do alto vale, que estão aqui prestigiando o nosso trabalho, buscando, obviamente, solução para os problemas que afligem aquela região.

Mas o meu pronunciamento desta tarde vai-se dar mais em função da homenagem que irei fazer à bancada do PMDB, da qual, no dia de ontem, tive a oportunidade de assumir a liderança.

(Passa a ler.)

"Hoje, tenho o privilégio de assomar a esta tribuna na condição de líder da bancada do meu partido, o PMDB. É uma sensação única que em nossa atual bancada somente os deputados Antônio Aguiar e Manoel Mota puderam experimentar. Quem assume essa função tem o dever de defender os interesses da maior representação partidária do Parlamento catarinense, a bancada mais antiga, única, que se mantém desde a redemocratização do Brasil, ou seja, aquela que representa o partido com maior tradição e que está associado, no imaginário dos brasileiros, àquilo pelo que mais lutamos nos últimos 50 anos, que foi e é a construção de uma democracia plena.

O líder é escolhido para otimizar o funcionamento dos trabalhos parlamentares.

Fui contemplado com tal desafio para exercer a coordenação das ações da bancada, que, conforme o Regimento Interno da nossa Casa Legislativa, inclui missões como firmar acordos para tratar de assuntos relevantes; inscrever membros da bancada para o horário dos Partidos Políticos; participar dos trabalhos das comissões permanentes; encaminhar votações de proposições sujeitas à deliberação do Plenário; registrar candidatos do partido para concorrer aos cargos da Mesa Diretora e indicar os integrantes de fóruns e comissões permanentes ou temporárias. Ainda no plano institucional, o líder tem a missão de representar a bancada em todas as esferas de governo e perante a comunidade.

Por tantas e importantes atribuições, entendo que ninguém pode ser líder - um bom líder - sem saber lidar com a alma humana. Precisa ser um generalista, pois não basta conhecer o Regimento Interno

e as Cartas Constitucionais, é preciso ter conhecimento amplo de todos os problemas que repercutem no exercício da liderança. Não se é líder porque se quer nem porque se diz que é. A liderança precisa existir de fato, e para que seu exercício seja legítimo é necessário que entre líder e liderados exista identificação e confiança recíprocas.

Por isso quero, em primeiro lugar, agradecer aos colegas da bancada do PMDB que me confiaram essa missão, de modo especial ao colega deputado Manoel Mota, o parlamentar que na história do PMDB catarinense mais tempo liderou a bancada, pela oportunidade que me proporciona, ao abrir mão da função e estimular-me a aceitar tal desafio.

Serei líder por um ano, pois está firmado o compromisso de promovermos um rodízio nessa nobre função, já que todos nós aqui, e esse não é um privilégio do PMDB, exercemos importantes lideranças, seja em âmbito comunitário, como representantes de categorias e, de modo especial, em nosso partido.

Cito como exemplos o deputado Manoel Mota, que representa o sul catarinense; o deputado Antônio Aguiar, que é força viva do planalto norte; a deputada Dirce Heiderscheidt e o deputado Edison Andriano, que tão bem representam o conglomerado da Grande Florianópolis; o deputado Elizeu Mattos, que traduz a força de Lages; o deputado Romildo Titon, com a representação do planalto serrano; o deputado Moacir Sopelsa, do meio-oeste; o deputado Mauro de Nadal, com a representação do extremo oeste; o deputado Carlos Chiodini, com a força da região norte, e eu como representante do vale.

O PMDB, também com a força do deputado Valdir Cobalchini, da deputada Ada De Luca, do deputado Renato Hinning e de outros valorosos companheiros, é a legenda que somou mais de 770 mil votos para deputado estadual nas eleições de 2010.

Nosso partido tem uma tradição democrática que garantiu a simpatia dos brasileiros, especialmente dos catarinenses. Nossa primeira representação nesta Assembleia foi eleita em 1966, contando com personagens que fizeram história no partido, como os ex-líderes da bancada: Evilásio Caon, Carlos Büchele e Pedro Ivo Campos, adiante eleito o primeiro governador peemedebista.

Ao contrário dos que omitem origens e rastros sombrios em quadras da história política da nação e do estado, que justificaram trocas de siglas na tentativa de embaçar a memória do eleitor, o PMDB apenas alterou seu nome em 1980, com o fim do bipartidarismo.

O MDB era a frente das Oposições ao regime, já tinha uma militância aguerrida e seu crescimento refletia a simpatia da população por suas lutas.

O MDB e o PMDB fizeram história em Santa Catarina e no Brasil. A bancada revelou vários futuros governadores, senadores, deputados federais, presidentes da Assembleia, desembargadores no Tribunal de Justiça e conselheiros no Tribunal de Contas do Estado.

Nossa sigla nunca abriu mão de suas tradições democráticas, políticas e

públicas que visam ao bem-estar da população, mantendo as bandeiras como a da desconcentração do poder e do municipalismo.

Entre nossos líderes, afora os já citados, apontamos históricos como Murilo Canto; Lauro André da Silva e Miguel Ximenes; João Mattos e o ex-governador Paulo Afonso, que hoje preside o partido no licenciamento do vice-governador Eduardo Pinho Moreira; bem como os deputados federais Ronaldo Benedet e Rogério Peninha Mendonça e os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, ambos também ex-governadores.

Devemos reverenciar também os que já não estão mais entre nós, como Cid Pedroso, Roberto Mota, Irai Zílio e Geovah Amarante.

Nossa bancada sempre foi atuante e sempre desfraldou as grandes bandeiras de nosso partido!

Assim como lá atrás garantimos a redemocratização do Brasil com a luta das 'Diretas Já' contra o autoritarismo, o PMDB ainda empreende a luta pela valorização dos municípios, que é onde vivem as pessoas; pela desconcentração dos recursos hoje concentrados nos cofres da união.

Por isso é que no último pleito municipal em Santa Catarina o PMDB elegeu 113 prefeitos, 844 vereadores e está presente em 145 administrações municipais.

Hoje, num momento em que a atividade política é tão questionada pelo cidadão comum, devemos lembrar que o PMDB é um partido com serviços prestados.

No governo federal, podemos destacar o desempenho da pasta da Agricultura, que vem sendo conduzida pelo PMDB e incluiu na pauta das exportações brasileiras quatro dos seis produtos cobiçados pelo mercado externo: soja, milho, café e açúcar.

No plano estadual, devemos apontar a linha política empreendida pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com Eduardo Pinho Moreira e depois com Leonel Pavan, de valorizar a descentralização com as secretarias de Desenvolvimento Regional, processo do qual participei como secretário em Ibirama e região.

São bandeiras que seguem presentes no governo de Raimundo Colombo, do qual o PMDB é o maior sócio, pois a soma de seus votos em 2010 representou quase 40% do total dos votos da base aliada neste Parlamento.

O PMDB defendeu e defende os municípios com a desconcentração dos recursos, a construção de acessos pavimentados para viabilizar o desenvolvimento das comunidades e sempre lutou para ampliar a qualidade de vida da população, a geração de empregos, a economia, a indústria e a infraestrutura.

Hoje, por sinal, devemos consolidar um novo pacto com a indústria catarinense, que sofre com a concorrência internacional e espelha um delicado momento nacional, em que a participação da indústria brasileira cai para menos de 15% do PIB, que representa tudo o que o país produz e está num nível

observado em 1956, primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputado Aldo Schneider. Não poderia ser diferente, depois dessa carta de amor ao PMDB. E agora o deputado Padre Pedro Baldissera vai proferir a carta de amor ao Partido dos Trabalhadores.

Mas, srs. deputados, registro a presença do advogado Jean Vaz, de Rio do Sul, que amanhã, deputado Padre Pedro Baldissera, acompanhar-me-á em uma audiência no Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, com a grande ministra Eliana Calmon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito a tarde de hoje para trazer presente alguns aspectos que dizem respeito ao dia 14 de março, que marca o Dia Internacional de Luta contra as Barragens. E é exatamente em torno disso que muitas vozes têm-se levantado e através de suas organizações têm feito mobilizações para mostrar à sociedade brasileira e mundial os problemas ambientais, humanos, sociais e econômicos causados pela maioria das barragens nas diferentes regiões em que estão sendo construídas.

Só para se ter ideia, no Brasil foram construídas, até o presente momento, mais de duas mil barragens e está prevista a construção, nos próximos anos, de mais 1.443 barragens.

Sabemos que a energia é uma necessidade para a população. É preciso que haja energia, é preciso que se produza energia, mas temos que ter também a capacidade e a ousadia de buscar alternativas de produção de energia. Existem alguns encaminhamentos, mas muito tímidos, infelizmente, com relação à produção alternativa de energia.

É por isso que em Santa Catarina, que não é diferente do resto do país, têm ocorrido várias mobilizações, como as que ocorreram ontem e hoje, que ocorrerão também amanhã, em função exatamente do dia 14, que é o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

É claro que o foco principal de todas essas mobilizações está concentrado em denunciar as graves consequências, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou ambientais, desse modelo energético em nível mundial. Então, ele está diretamente direcionado, centralizado na denúncia desse modelo que provoca terríveis consequências à vida das pessoas e à questão econômica, social, e ambiental.

Nessa mesma direção, as mobilizações estão revestidas da busca de uma cobrança, para que as construtoras dos lagos ofereçam uma atenção mais forte aos desalojados. São muitas famílias que estão sendo desalojadas e que não têm rumo, não sabem para onde ir e muito menos o que fazer. Portanto, além de denunciar esse

modelo energético, essas mobilizações têm a finalidade de tornar presente essa situação cruel, dramática, para milhares de famílias no país e no mundo. Além disso, acompanhamos, ontem, a ocupação do canteiro de obras da Usina Garibaldi, em Abdon Batista, por mais de 400 pessoas, no sentido de provocar negociação por parte da empresa Triunfo, pois há muito tempo os atingidos vêm procurando sentar-se à mesa de negociação, mas infelizmente a empresa não está propiciando o diálogo com as famílias atingidas por aquela usina.

Portanto, quando a violência é extrema, temos que tomar atitudes mais drásticas, mais fortes, para poder sensibilizar ou pelo menos convencer aqueles que dominam o processo da construção a sentar e a dialogar.

Na manhã de hoje, mais de 400 pessoas desocuparam a área por força de decisão judicial, mas continuam mobilizadas e organizadas. Querem também que os poderes constituídos intervenham nessa situação que estão enfrentando.

É claro que outro aspecto extremamente importante e essencial é exatamente a luta por melhores condições de vida e de alojamento dos trabalhadores daquela usina, que estão em instalações precárias, sem condição nenhuma de poder viver. É uma situação desumana, além de ter que prestar o serviço durante todo o dia.

Fora isso, é claro que o movimento busca uma política nacional que defina diretrizes e critérios para o tratamento dos atingidos por barragens. Ao mesmo tempo, pede que se crie o fundo de auxílio para reparar os prejuízos e garantir o reassentamento das famílias desalojadas.

Então, parece-me que são reivindicações extremamente justas. Não estão pedindo nada mais do que aquilo que lhes pertence, aquilo que construíram com muito suor, com muito trabalho e com muito esforço e que agora veem ameaçado: seu patrimônio, sua cultura, sua história e sua vida, sem perspectiva nenhuma para seus filhos e filhas.

Portanto, é uma situação dramática, difícil, e é preciso que se faça alguma coisa. Não dá para, em nome do capital, em nome do poder econômico, tirar a dignidade e a vida de pessoas. É preciso, sim, que haja preocupação com a questão financeira e econômica, mas a vida tem que ser colocada acima de tudo!

Por isso esse desabafo, neste momento, mas é preciso que haja uma política diferenciada com relação aos atingidos pelas barragens.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista que ainda não iniciou o horário dos Partidos Políticos, em deferência a v.exa., deputado Serafim Venzon, concedo-lhe a palavra por dez minutos para o seu pronunciamento, ainda em Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que acompanham os trabalhos desta Casa, quero

fazer referência, hoje, ao processo de desenvolvimento econômico que o Brasil passa graças a inúmeras mudanças que se começou a ter coragem de fazer justamente na Constituição de 1988. E o primeiro presidente que de fato arregaçou as mangas, somou forças, flexibilizou a legislação e fez convergirem partidos divergentes foi Fernando Henrique Cardoso.

Seguramente agora, dez ou 15 anos depois desse processo, já assistimos a esse grande desenvolvimento que o Brasil e Santa Catarina passam, graças ao trabalho de cada brasileiro e de cada catarinense. Mas devemos destacar também que esses brasileiros e catarinenses sempre trabalharam, mas faltava, sim, uma organização social e política melhor. E com a estruturação de todo poder público, relacionada com o sistema privado, aproveitando as diversas forças da sociedade e as forças do sistema público, temos um país em grande marcha de desenvolvimento.

Destaco aqui que o processo de transferência de renda, especialmente às famílias mais pobres, foi feito exatamente no governo do presidente Lula e que a presidente Dilma Rousseff continua fazendo essa transferência.

Essa transferência de renda, especialmente para as famílias mais pobres, ajuda, primeiramente, as pessoas que vivem, de certa maneira, em situação de vulnerabilidade. No Brasil são 13 milhões de famílias e em Santa Catarina são 141 mil famílias que recebem o Bolsa Família. Mas além delas também existe em torno de 21 mil idosos que recebem um salário mínimo por mês. Quando eram mais novos certamente trabalharam e não recolheram, por qualquer razão, nenhuma contribuição ao INSS. E agora, idosos, não têm como se sustentar e também como trabalhar para o seu sustento. Por isso, aproximadamente 21 mil idosos recebem um salário mínimo por mês. Eu imagino que devam existir mais uns 20 mil idosos que também deveriam estar recebendo esses recursos, e isso faria um grande bem para eles e para as suas famílias. É evidente que quem ganha apenas um salário mínimo por mês gasta esse dinheiro no mercado mais próximo, na sua própria cidade, e esse recurso, em questão de dias, passa a ser injetado na economia, ajudando a manter essa grande economia que Santa Catarina tem.

Além disso, temos hoje 38 mil pessoas com deficiência que recebem um salário mínimo por mês. Antes da Constituição de 1988 elas não recebiam, pois não havia como fazê-lo, e se fosse feito, tinha que ser como se fosse uma coisa caridosa. Hoje, tanto as famílias carentes, como os idosos e os deficientes, que são 37 mil, recebem um salário mínimo por mês. Esses recursos que são de direito deles e são repassados oficialmente da conta do governo para a conta deles fazem um bem danado a eles e são injetados, na seqüência, na economia.

Mas tudo isto, ou seja, o trabalho dos catarinenses e a organização política e social do governo federal, do governo do estado e dos governos municipais, foi, naturalmente, orquestrado em cima de um

grande processo de flexibilização que Fernando Henrique Cardoso começou e que o presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff continuaram. E agora vemos aí o Brasil com esse grande desenvolvimento.

Hoje se insiste em dizer que o processo de inclusão social das pessoas, além de ser bom para elas, também vai ajudar a aquecer a economia.

Hoje há 140 mil famílias que ganham o Bolsa Família, mas há 351 mil famílias que estão inscritas no chamado Cadúnico, um cadastro social cujos membros recebem por mês menos de meio salário mínimo.

É interessante notar que o Caged fez um levantamento. Eu recebi algumas informações do sr. Demétrius Moura, diretor de Trabalho, Emprego e Renda da secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, contendo alguns números. Assim como existem 350 mil famílias que passam o mês com menos de meio salário mínimo, existem também 353 mil pessoas que estão na lista de procura de emprego ou que têm um subemprego. E não são certamente os mesmos, mas esse subemprego e essa falta de emprego é o que desloca essas 350 mil famílias para esse cadastro social de pessoas que passam o mês com uma renda pequena.

Luta-se para que haja esse processo de inclusão, e o melhor processo não é apenas fazer a transferência de renda. No ano passado, foram transferidos, em forma de benefícios para as pessoas, R\$ 596 bilhões. Mas, além disso, está-se fazendo um grande processo de inclusão produtiva. Ou seja, será bom para as pessoas que têm capacidade de ganhar o seu sustento e de sua família, porque é através do trabalho que a pessoa transforma a sua alma, pois ela se realiza ao trabalhar. Quando trabalhamos, não ganhamos apenas o salário, nós nos identificamos. O nome de cada pessoa está muito vinculado exatamente ao que ela faz, a qualificação profissional é um complemento do nome.

Então, Santa Catarina requer um grande processo de qualificação profissional. E sei que a secretaria da Assistência Social, através da diretoria do Trabalho, Emprego e Renda, está de mangas arregaçadas identificando as pessoas que precisam ser qualificadas. Igualmente, através dos 106 postos do Sine são oferecidas vagas. Ao mesmo tempo em que identifica as vagas disponíveis, o Sine identifica as pessoas que precisam ser qualificadas. E tudo isso faz com que aconteça esse grande processo de inclusão social, que será muito bom para elas, porque terão a sua renda, e, naturalmente, para o estado de Santa Catarina.

Portanto, esse processo de inclusão produtiva que faz um bem muito grande para essas pessoas, também o fará para o estado de Santa Catarina, que tem 1% do território nacional, 3% da população brasileira e 5% do PIB brasileiro. E tudo isso graças ao trabalho de todos nós, especialmente dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana

Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Serafim Venzon.

Sras. deputadas e srs. deputados, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, gostaria de relatar a experiência vivida no começo desta semana, na segunda e terça-feira, quando visitei a comunidade chamada Complexo do Alemão, Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, e o Morro Santa Marta, que vive uma experiência de combate às drogas e à violência e também de recuperação de cidadania.

Foi exatamente esse o tom do que consegui compreender. Eu, Marcelo Pomar e Júnior Robinson, que atuam na assessoria do mandato, fomos conhecer aquela realidade e o que nos saltou aos olhos foi isto: o grande combate à violência que se faz é a promoção da cidadania. Mas isso não é novidade nenhuma, em certo sentido, para nós. Se tomarmos o exemplo do Maciço do Morro da Cruz, vejam há quanto tempo o padre Vilson vem dizendo a mesma coisa! Precisamos gerar oportunidade. Combate-se a violência gerando oportunidades, promovendo cidadania.

Um dos casos que nos foram contados foi o das pessoas não conseguirem ter acesso àquilo que para todos nós, que estamos aqui neste ambiente da Assembleia Legislativa hoje, certamente é uma ação muito comum, que é ter a Carteira do Trabalho. Para se fazer a Carteira de Trabalho é preciso ter a Carteira de Identidade. Para se fazer a Carteira de Identidade é preciso ter a Certidão de Nascimento. E para se obter a Certidão de Nascimento, começam os problemas. Essas pessoas vêm dos lugares mais distantes do país - e essa é a realidade do Rio de Janeiro, mas não é diferente nas áreas empobrecidas da nossa cidade - e não têm como ter acesso a esse simples documento. E cada um que está aqui saiu da maternidade nos braços da sua mãe já com ele prontinho, e para uma imensidão de brasileiros e brasileiras é uma dificuldade enorme e um anteparo à sua vivência à cidadania. Essas pequenas cidadanias nós ainda não conseguimos conquistar para a maioria dos cidadãos e cidadãs do povo brasileiro, especialmente para aqueles que vivem nas áreas empobrecidas.

Tivemos lá uma experiência muitíssimo interessante na área de mobilidade urbana e cidadania, porque, na verdade, não podemos falar de cidadania se não temos acesso às ferramentas da cidadania. Eu quero dizer que não adianta termos postos de saúde, se as pessoas não têm como se deslocar até lá; não adianta termos educação, se as pessoas não têm como se deslocar até o local onde o órgão público propicia essa educação.

Portanto, compreendemos o direito à mobilidade como um direito instrumental a todos os direitos. Assim, ele se situa, aproxima-se, conecta-se e entrelaça-se com os próprios direitos humanos e é uma ferramenta de cidadania.

Lá nós percebemos isso em duas experiências muito interessantes. A primeira foi no Morro da Dona Marta, que ficou famoso porque Michael Jackson gravou lá um clipe, mas cuja população vive em situação de miséria.

Nos últimos tempos, o estado tem-se debruçado sobre essa comunidade, e uma das coisas aparentemente muito simples, mas de grande resultado que fez foi o que eles chamam de plano inclinado, uma experiência parecida com a que há na Bolívia. O plano inclinado é um elevador que sobe o morro. Imaginem uma mãe - e é bom lembrar que 47% dos lares empobrecidos de Florianópolis são chefiados por mulheres, apenas as mulheres estão dentro de casa - que volta da escola com o seu filho no colo, mais uma sacola de supermercado e tem que subir todos os degraus do morro. Essa simples medida foi de grande impacto naquela comunidade.

Mas vimos outra experiência muito importante para nós, que ocorreu em Porto Real, uma cidade que fica no sul do Rio de Janeiro, distante quase 150km da capital, e que agora instituiu a gratuidade total do transporte coletivo. Todas as pessoas da cidade têm acesso gratuito ao transporte coletivo. Que mágica foi feita? Esta é uma bandeira que defendemos há muito tempo: tanto como é a escola, tanto como é o posto de saúde, o transporte coletivo não pode ser visto sob a ótica do lucro. E lá em Porto Real a prefeitura aluga o ônibus e é ela que, através de um fundo, através de medidas legais muito objetivas, consegue dar esse direito a todos os cidadãos e cidadãs daquela que é uma cidade pequena. Essa é uma experiência sem dúvida alvissareira para o país inteiro e que já se está repetindo em outras cidades.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do prefeito do PT de Rio do Oeste, Odenir Felizari.

Damos-lhe as boas-vindas e desejamos-lhe uma boa estada no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu teria preferência por 13 minutos, mas me contaria com 11 minutos, mas se v.exa. for benevolente, conceder-me-á mais dois.

Sr. presidente, sras. deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, demais srs. parlamentares, quero dar as boas-vindas ao prefeito de Rio



do Oeste, que faz um belíssimo trabalho na região do vale do Itajaí, sr. Odenir Felizari, cumprindo o seu segundo mandato à frente da prefeitura daquele querido município. Dou as boas-vindas ainda ao vice-prefeito de Porto União, também do Partido dos Trabalhadores, sr. Anízio de Souza; bem como o secretário de Indústria e Comércio, sr. Aloísio Salvatti, que estão nesta capital para solucionar problemas dos seus municípios.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

(Passa a ler.)

“Ocupo o espaço reservado ao Partido dos Trabalhadores na tarde de hoje para somar-me à fala, ao desabafo do deputado Volnei Morastoni que, tenho certeza, também será o desabafo nos próximos dias de vários deputados desta Casa, em virtude da necessidade urgente de investimentos na área da saúde no estado de Santa Catarina.”

Vou ater-me a alguns problemas da Saúde, a começar pelo plano de saúde dos servidores públicos do estado, o SC Saúde, que está gerando um desconforto generalizado para todos os servidores, que está um caos em alguns municípios devido à falta de atendimento médico.

Mas o deputado Volnei Morastoni, inclusive na reunião da comissão de Saúde, escutou um prefeito da região que fez um desabafo sobre as necessidades urgentes por parte do governo do estado de investimentos na área da saúde.

(Continua lendo.)

“Digo isso porque tanto o governo estadual quanto o governo federal têm que investir mais, sim, na área da saúde para atender às necessidades da nossa gente.

Os recursos federais para a área da saúde que eram na ordem de R\$ 36 bilhões, em 2002, passaram para R\$ 86 bilhões em 2012. Um acréscimo de 110%. Mas isso ainda está aquém das necessidades da população brasileira.

O mesmo problema verificamos no Orçamento estadual e nas políticas pretendidas de terceirização dos serviços de saúde em Santa Catarina, como, por exemplo, o Samu e os hospitais públicos.”

Parece que estão sucateando os hospitais públicos, a exemplo do Hospital Regional Hans Dieter Schmitz, de Joinville, que está com 40 leitos desativados, motivo de debate, inclusive, na tarde de ontem, porque o secretário de Saúde, que é daquele município, não está fazendo nada.

Se depender desta deputada e do Partido dos Trabalhadores as pretensões do governo não se concretizarão, pois não é possível privatizar a saúde em Santa Catarina.

Ainda falando sobre a saúde, gostaria de registrar que foi inaugurado na última segunda-feira, na minha querida Blumenau, o Hospital Regional Universitário da Furb, com atendimento 100% através do Sistema Único de Saúde. É uma obra significativa porque amplia o atendimento hospitalar na região metropolitana de Blumenau, que fica às margens da BR-470, e que conta com R\$ 1,8 milhão vindos do

governo federal, através do Fundo Nacional de Saúde, mais R\$ 80 mil para aquisição de equipamentos. Outros R\$ 490 mil foram investidos pelo governo do estado para a compra de equipamentos, R\$ 510 mil para a obra e a Universidade Regional de Blumenau, a Furb, entrou com R\$ 1 milhão nas instalações.

A construção do Hospital Universitário da Furb é esperada há mais de 20 anos. E temos algumas personalidades que não sossegaram enquanto aquele hospital não foi aberto para atender à nossa comunidade. E cito os antigos reitores da nossa Furb que, inclusive, estavam na inauguração: o professor Egon José Schramm e o dr. Romualdo Heil, que não sossegaram enquanto o Hospital Universitário de Blumenau não foi aberto.

Digo isso porque em inúmeras reuniões do Orçamento Regionalizado lá estava o dr. Romualdo defendendo diante dos parlamentares os investimentos do estado para a conclusão daquela obra tão importante para a nossa cidade, para a nossa região.

A pedra fundamental daquele hospital foi lançada no ano de 1997, mas a obra começou, de fato, há sete anos. Passou por diversos entraves, atrasos nas obras, mas, finalmente, está sendo entregue a nossa comunidade.

A cerimônia de inauguração foi simbólica, já que o hospital universitário da Furb já está atendendo à população desde o dia 16 de janeiro, com 17 especialidades de clínica e cirurgia geral (adulto e pediátrica), ambulatorial, vascular, otorrinolaringologia, neurocirurgia, pescoço e cabeça, urologia (adulto e pediátrica), nefrologia, oncologia cirúrgica, proctologia e ortopedia.

Estudantes de Medicina, de Fisioterapia e de Psicologia já atuam no Hospital Regional Universitário, que nessa etapa inicial está funcionando como ambulatório interdisciplinar. Nos primeiros 30 dias de operação foram contabilizadas 39 pequenas cirurgias, 520 consultas, 1.270 atendimentos e 145 pacientes examinados pelo laboratório de análises clínicas. Em breve, acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Farmácia também devem começar a trabalhar na unidade.

O Hospital Universitário da Furb ocupa uma área de 1.600m<sup>2</sup> e também conta com um centro cirúrgico com salas equipadas para atendimento de cirurgias de pequena e média complexidade. Sua ala de diagnóstico proporciona à comunidade exames de sangue e urina, radiologia, eletroencefalografia, eletrocardiograma.

O Hospital Universitário da Furb nasce com a tarefa de prestar assistência à saúde da população, oferecer condições apropriadas de ensino de graduação e de pós-graduação aos alunos, promover a educação continuada e a integração das atividades docentes assistenciais e de apoio à pesquisa e extensão.

Agora a tarefa da Universidade Regional de Blumenau é a busca de financiamento para a construção de um hospital de médio porte para atendimento de urgências, emergências e reabilitação. Outro importante

passo para o futuro do Hospital Regional Universitário será dado na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde, no dia 21 de março, quando deve ser votada a proposta de credenciamento da unidade como um hospital-dia junto ao ministério da Saúde, permitindo o aporte de verbas estaduais do SUS e, conseqüentemente, aumentando a variedade de serviços disponíveis aos pacientes.

Durante a cerimônia, o governador anunciou a liberação de mais R\$ 1 milhão para a continuação das obras na unidade de saúde. Com esse dinheiro, mais os R\$ 250 mil cedidos pela prefeitura há cerca de dez dias, a Furb poderá concluir as obras da policlínica, um prédio de três pisos anexo ao HU.

O projeto, srs. deputados e sras. deputadas, do Hospital Universitário de Blumenau ainda necessita de muito investimento para a sua conclusão definitiva.

Trabalhamos nesses últimos anos colocando sempre no Orçamento estadual recursos para conclusão daquela obra, na busca dos recursos necessários à sua conclusão tanto no governo estadual quanto no governo federal.

Hospital público e de qualidade, é essa a nossa defesa. Ressalto a importância de esta Casa sempre colaborar para colocar no Orçamento do estado recursos para o término daquela obra tão importante para a cidade de Blumenau e para os municípios do médio vale do Itajaí.

Graças a Deus mais uma obra concluída para beneficiar o atendimento a nossa gente!

Muito obrigada!”

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa de Adilson Zeni, prefeito por três vezes no município de Águas de Chapecó; do prefeito Erno Menzel, de Cunhaí; de Alencar Fiegenbaum, secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos; de Agostinho Nos, gerente de Educação da Regional de Palmitos e também do sr. Servino Albani, que exerce as funções de prefeito municipal em exercício do município de Modelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de saudar o ex-deputado, hoje prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, que se encontra neste plenário.

Dou-lhe as boas-vindas a esta Casa e torço para que resolva os problemas da Saúde no seu município.

Muito obrigado pela presença e um abraço, prefeito Edson Piriquito.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apenas gostaria de fazer minhas as palavras do deputado Antônio Aguiar, porque o deputado Edson Piriquito foi uma das grandes amizades que cultivei nesta Casa. Tenho por ele muito carinho, admiração e torço também pelo seu sucesso.

Um grande abraço, prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Parabéns, prefeito Edson Piriquito, nosso ex-colega, nosso companheiro e nosso amigo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vi que os oradores que me antecederam dissertaram sobre a situação dos hospitais e quero aproveitar para cumprimentar o prefeito Edson Piriquito pelo hospital do seu município, que está muito bem montado. Tive que internar minha sogra em Balneário Camboriú e pude constatar, sr. prefeito, o excelente atendimento, desde a recepção.

Eu preenchi o questionário de sugestões e reclamações e destaquei o ótimo atendimento em todos os setores, desde a humildade dos funcionários, a atenção, o comportamento para com os familiares dos pacientes, com a proibição de adentrarem com produtos perecíveis, pois é perigoso tendo em vista a possibilidade de contaminação. Um excelente trabalho! O hospital, pelo que sei, é administrado pela Cruz Vermelha.

Parabéns, prefeito Edson Piriquito!

Um detalhe muito importante que se deve registrar refere-se ao corpo clínico, que é formado por médicos bastante jovens e que têm uma atenção especial com os pacientes, principalmente com as pessoas idosas, sempre com muita paciência e presteza.

E por falar em hospital, escutei atentamente o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima quanto ao problema do SC Saúde e confesso que tinha a mesma impressão. Mas neste final de semana estive na região, em vários municípios, e tive a oportunidade de contatar com a presidente da Associação Médica de Caçador, dra. Maria Lúcia, e com o secretário da Administração, Milton Martini, que imediatamente tomou as providências necessárias para sanar os pequenos problemas que estavam ocorrendo quanto ao credenciamento dos médicos, dos hospitais, ou seja,

com relação à parte burocrática que realmente é um pouco complicada. O secretário da Administração determinou a presença, *in loco*, de pessoas preparadas para orientar o setor médico e o setor hospitalar quanto ao credenciamento e às providências a serem tomados.

Claro que houve um atropelo durante alguns dias e atrasos no fornecimento de algumas carteirinhas de associados, mas houve também problemas com os Correios de troca de endereços, que já estão sendo sanados.

Estive com a administração do hospital de Caçador, que é muito bem administrado pelas irmãs religiosas e que já recebeu do governo do estado, srs. deputados e sras. deputadas, R\$ 920 mil para a aquisição de equipamentos para o seu bom funcionamento, inclusive uma pequena fábrica de oxigênio, que é usada diuturnamente e é um produto caro. Com esse valor as irmãs terão condições de providenciar a licitação dos equipamentos para produzirem o seu próprio oxigênio nas dependências daquele hospital.

Ainda há programada, deputado Antônio Aguiar, a quantia de R\$ 14 milhões para investimentos naquele hospital, através de um programa de liberação programada da secretaria da Saúde, destinados à construção de uma nova ala, até porque temos problemas com a psiquiatria, que funcionava no Hospital Jonas Ramos e que por determinação da secretaria de estado da Saúde não terá mais condições continuar atendendo.

Por isso, houve um contato com o Hospital Santa Cecília, que está absorvendo os pacientes até que tenham alta. Então, os pacientes estão sendo conduzidos para o Hospital Santa Cecília, que tem um atendimento muito bom.

Dessa forma, quero congratular-me com o governo, pois sabemos que não é fácil, mas está engrenando. A herança foi muito ruim e os catarinenses sabem disso.

O nosso governador Raimundo Colombo, com sua equipe e com o apoio desta Casa, deputado Elizeu Mattos, líder do governo, tem condições de resolver esse problema e está fazendo a coisa certa. Ele precisa apenas fazer pequenos ajustes, como, por exemplo, a revisão das máquinas novas, ajustes de aperto aqui, de folga ali, mas tenho certeza de que o problema na área da saúde do estado está muito bem encaminhado.

Tenho certeza absoluta de que os segurados da SC Saúde terão o atendimento de sempre. O plano que eles têm, nós, os deputados, também temos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar com muita satisfação os vereadores Manoel Miguel

Pinheiro, Douglas Elias da Costa e César Manoel da Silva, juntamente os nossos amigos Selma e João Arlindo, todos de Barra Velha, município com o qual temos um comprometimento histórico, desde que passamos a exercer o papel de deputado nesta Casa. Fomos eleitos para o quarto mandato consecutivo nesta Casa e pela quarta vez estamos representando o município de Barra Velha.

Tivemos a honra de recebê-los hoje em nosso gabinete, pois vieram a Florianópolis para fazer reivindicações para o município de Barra Velha. Tive a satisfação de atender aos anseios dos vereadores e estamos conseguindo junto ao governo do estado mais R\$ 100 mil para que possamos fazer algumas melhorias no município.

Muito obrigado pela presença de todos nesta Casa!

Sr. presidente, vou insistir na questão e bater nesta tecla sempre desta tribuna até conseguir, pelo menos, sensibilizar o governo do estado em relação à estrada do Rio do Morro, no município de Araquari.

Os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos sabem muito bem que provavelmente no ano que vem começaremos a ver as máquinas voltarem para a região para a duplicação da BR-280 e que a partir desse momento teremos mais problemas no que diz respeito ao trânsito direcionado para São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, praias do Ervino, Ubatuba, Enseada, Iperoba, Capri, Forte, enfim, toda aquela região vai sofrer mais do que já vem sofrendo a partir do momento em que começarmos a ver a duplicação da BR-280, que é um sonho de todos nós.

Farei pessoalmente, mais uma vez, um apelo ao governador e quero pedir também a companhia dos deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes. Precisamos marcar uma reunião urgente com o governador para sensibilizá-lo com relação ao asfaltamento da estrada do Rio do Morro, principalmente daquele trecho que sai de Barra do Sul, que vai de Itapocu até a BR-101, e faz parte do projeto da rodovia do Encanto, da qual tanto se fala. Parece uma rodovia encantada porque até agora não saiu, mas algumas partes já estão saindo.

É fundamental que tenhamos o asfaltamento desse trecho para poder desafogar o trânsito da BR-280, principalmente no verão, e mesmo em qualquer época, porque qualquer dia em que v.exas. se dirigirem a São Francisco do Sul irão deparar-se com um movimento monumental naquela região, não só por conta dos veículos, mas por conta dos caminhões que fazem uma enorme fila até chegar ao porto de São Francisco do Sul.

Vamos ter daqui a pouco, sr. presidente, na Ordem do Dia, a votação de alguns vetos opostos pelo governador a alguns projetos que aprovamos nesta Casa, entre os quais está um projeto de minha autoria, aprovado por unanimidade não apenas em todas as comissões pertinentes, mas também pelo Plenário. Infelizmente, o setor jurídico do Poder Executivo recomendou ao governador que vetasse. E assim aconteceu, foi vetado pelo governador em



exercício. Refiro-me ao Projeto de Lei n. 0367/2012, que estabelece a utilização de mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em *shows*, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil.

Acho que esta deveria ser uma obrigação moral de todos nós, ou seja, lutar em prol da prevenção do uso de drogas junto àqueles que são mais suscetíveis ao poder de persuasão dos traficantes. Nos ingressos deveria estar escrito alguma frase educativa. Por exemplo: "droga mata", para que pudéssemos alertar os nossos jovens sobre o uso de drogas.

Espero sinceramente que derrubemos esse veto.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, vou dividir o espaço do partido com o deputado Antônio Aguiar, a quem prometo que darei a maior parte do tempo.

Mas, sr. presidente, na semana passada foi comemorado nesta Casa o Dia Internacional da Mulher. Houve aqui uma sessão especial, à qual não pude comparecer, mas quero, no dia de hoje, fazer referência ao Dia Internacional da Mulher, pois como prefeito da capital tive a honra de criar o primeiro Conselho Catarinense da Condição Feminina. Foi um dos primeiros conselhos criados no Brasil.

Minha filha me ligou hoje da Bahia, ela é jornalista em Salvador, e pediu-me que eu não me esquecesse de fazer uma homenagem a uma brasileira chamada irmã Dulce, pois hoje faz 20 anos da sua morte.

Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui relembrar a história de uma grande mulher brasileira a quem poucos conheciam pelo verdadeiro nome: Maria Rita Lopez Pontes, que começou a fazer o bem ainda muito jovem, aos 13 anos de idade, levando enfermos e mendigos para sua casa em Salvador. Naquela época a sua residência ficou conhecida como a portaria de São Francisco, em razão do número de pessoas que se aglomeravam no local. Aos 20 anos se tornou freira e ficou conhecida como irmã Dulce dos pobres, o anjo bom da Bahia.

De estatura pequena, media apenas 1,50m, tinha uma personalidade forte e muita coragem. Durante dez anos peregrinou com os doentes pela capital baiana, chegou a invadir cinco casas para abrigar quem recolhia nas ruas, até que instalou os pacientes num galinheiro dentro de um convento, que mais tarde viria tornar-se o principal hospital das obras sociais que levam seu nome.

Arrecadou dinheiro e mantimentos através de esmolas que pedia no comércio e no mercado de Salvador. Quando ganhou

notoriedade, passou a pedir ajuda a presidentes, governadores e artistas. Certa vez perguntou ao diretor de uma grande empresa se ele não queria uma poupança no céu e conseguiu mais uma contribuição financeira.

Assim, criou em 1959, há 53 anos, a Associação Obras Sociais Irmã Dulce, que hoje inclui escolas para crianças, asilos e hospitais. Médicos de todas as especialidades trabalham nas obras voluntariamente, nenhum paciente paga nada, nem mesmo pelos remédios. As únicas regras estabelecidas por irmã Dulce é que os doentes fossem pobres e que o atendimento fosse imediato, independentemente da hora que chegassem.

Para checar a saúde deles, irmã Dulce visitava os pavilhões do hospital duas vezes por dia. Poucas pessoas merecem tantos aplausos e tantas homenagens. Uma mulher adorada pelo amor raro pelo próximo e pela fé inabalável em Deus.

Em 1988, irmã Dulce foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo ex-presidente José Sarney. Apesar de não ter vencido, a religiosa mostrava o reconhecimento do seu trabalho. Apesar de toda bondade, caridade e entrega, irmã Dulce sofreu muito antes de morrer, pois passou os últimos 30 anos da sua vida com a saúde bastante debilitada. Um enfisema pulmonar restringiu sua capacidade respiratória a apenas 30%. A pequena Dulce chegou a pesar 38kg, mas a doença não a impediu de manter uma das instituições filantrópicas mais respeitadas do país. O papa João Paulo II ficou entusiasmado com a obra da missionária na sua primeira visita ao país, em 1980. Em 1991, o papa visitou a freira já no hospital, bastante doente.

Seu processo de canonização começou em 2000. No ano passado a Igreja Católica reconheceu que a bibliotecária Cláudia Cristiane, que mora no interior de Sergipe, curou-se de uma grave hemorragia durante o parto do segundo filho graças à intercessão da irmã. No dia 22 de maio, dia da beatificação, foi dado o último passo para a canonização da freira, mas ela ainda precisa de um segundo milagre.

Para nós não é preciso que se comprove a sua santidade. Mesmo tendo-nos deixado há duas décadas, irmã Dulce atende por ano cinco milhões de pessoas carentes através das suas obras sociais. O velório da beata foi a demonstração de um feito raro, ou seja, ela conseguiu reunir pobres e ricos por um mesmo motivo: a paz. Não importa o tempo que a Igreja Católica leve para canonizá-la, a bem-aventurada Dulce dos pobres é a primeira santa do Brasil."

Quero, sr. presidente e nobres srs. deputados, embora tardiamente, pois na semana passada é que foi o Dia Internacional da Mulher, registrar, na tarde de hoje, essa homenagem a uma das figuras humanas mais importantes, não do Brasil, mas do mundo, pelo trabalho social que desenvolveu na Bahia, mas que se reflete em todo o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário

destinado ao PMDB, o restante do tempo será utilizado pelo deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, comunidade catarinense, representantes de São Bento do Sul aqui presentes, em nome do Brozowski saúdo vocês; saúdo ainda o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Porto União, Aloísio Francisco Salvatti.

(Passa a ler.)

"Em outubro do ano passado este deputado apresentou nesta Assembleia Legislativa um projeto de lei com uma proposta que segue em debate, propondo a criação de um conselho escolar antidroga em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do estado. Minha sugestão está tramitando na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e há um debate sobre a possibilidade de um parlamentar apresentar tal proposta.

Há colegas que entendem que a iniciativa deve partir do Executivo, mas a verdade é que este deputado pretendeu trazer à luz uma questão muito séria que envolve a conscientização do jovem para a questão das drogas que estão nas ruas de todas as nossas cidades.

Nossa iniciativa pretende que em cada estabelecimento de ensino de Santa Catarina organize-se o processo de formação e o debate sobre os planos de trabalho a serem desenvolvidos por cada conselho escolar antidrogas, seguindo as diretrizes e metas traçadas pelo Conselho Nacional Antidrogas; as diretrizes do Conselho Estadual de Entorpecentes - o Conen; dos Conselhos Municipais de Entorpecentes e dos Conselhos Municipais Antidrogas, tudo sob a orientação das secretarias de estado de Educação, de Justiça e de Segurança Pública.

A proposta partiu de uma lei vigente desde 2009 no estado do Mato Grosso do Sul, aonde vem dando ótimos resultados. Estamos tratando de um assunto delicado, mas presente na sociedade, pois todos os jovens hoje lidam com isso diretamente, mesmo que não sejam usuários. A proposta é para descentralizar o debate sobre drogas e assim ter mais eficiência na estratégia de recuperação de usuários e no combate ao tráfico.

O conselho escolar antidroga proposto deveria ser composto proporcionalmente por representantes do corpo docente, pelos alunos e pelos pais em cada escola, com renovação do grupo a cada dois anos e com idade mínima para alunos participantes fixada em 14 anos. Caberia ao conselho executar atividades educativas de prevenção e combate ao consumo de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e do uso de tabaco.

A proposta é que as atividades contem com o apoio técnico da Polícia Militar de Santa Catarina, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - o Proerd. E gostaria aqui de parabenizar o comandante Nazareno e toda Polícia Militar pelo trabalho que vêm realizando no Proerd.

O projeto tem como principal finalidade oferecer mais um instrumento na

luta pela prevenção e combate ao consumo de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e do uso de tabaco por alunos das escolas do estado. Afinal, são os alunos do ensino médio e fundamental os que mais necessitam de informações que os possam apoiar na resistência ao assédio dos traficantes.

Nossa proposta objetiva minimizar o problema das drogas, pois com a participação de professores, pais e alunos de cada comunidade, que conhece melhor do que ninguém os problemas que estão no seu entorno, poderão ser encontradas formas eficientes para enfrentar essa que hoje é uma verdadeira chaga social.

Caberia a cada conselho desenvolver ações buscando levar aos alunos informações acerca dos malefícios causados pelo uso de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e de tabaco, oferecendo, assim, meios para que esses possam resistir às drogas.

O Proerd, que é um programa de resistência às drogas, serve de exemplo de sucesso ao combate do uso de drogas lícitas e ilícitas em nosso estado. É de trabalhos dessa natureza que nossos alunos necessitam. Dando-lhes a incumbência de participar de tão valorosa missão, devidamente assessorados por professores, pais e pelos órgãos competentes, certamente as consequências serão extremamente positivas.

Entendendo que a informação e a prevenção são as armas mais eficientes ao combate ao uso de drogas, apresento essa proposição e conto com o apoio dos nobres colegas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aproveito para dar um aparte ao deputado Ismael dos Santos, que também tem-se dedicado a esse tema.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Parabenizo o deputado pela proposição que vem em bom momento. Nós, da frente parlamentar, temos enfatizado muito a questão da prevenção, embora trabalhando também com outros eixos, como a reabilitação, a repressão e agora a ressocialização. Mas não há dúvida de que a prevenção precisa ser de fato trabalhada e olhada com carinho pelos parlamentares.

Esse trabalho começa na família e necessariamente passa pela educação. E aí vem o mérito do seu projeto, pois chama a escola para uma participação ativa através dos professores, pais e alunos.

Eu gostaria de deixar uma sugestão, deputado. Quando v.exa. mencionou as secretarias de estado da Educação e da Saúde, gostaria de acrescentar a secretaria da Assistência Social. Inclusive, nesta tarde houve uma audiência com o dr. João José Cândido da Silva, que está assumindo essa pasta e com uma grande disposição de fazer, de fato, um mutirão antidrogas no estado de Santa Catarina.

Acredito que projetos como o de v.exa. possam, sim, somar-se as nossas

iniciativas, para que tenhamos de fato uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Peço aos colegas parlamentares que analisem com atenção a nossa ideia, bem como as secretarias que, segundo o projeto, devem ser envolvidas. O projeto propõe a criação de clínicas para recuperação de dependentes nas áreas de abrangência de cada SDR.

De qualquer maneira, o mais importante é prevenir e um dos meios é criando esses conselhos em cada escola, para que tenhamos a resposta dessa ação preventiva, que precisa ser feita, sim, em todas as áreas da educação, principalmente nas escolas.

Temos certeza de que o governador do estado, a secretaria da Saúde, através do dr. Dalmo Claro de Oliveira; a secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, através do dr. João José Cândido da Silva, terão condições de fazer com que sejam criadas essas clínicas de recuperação para os drogados. Mas não é preciso apenas criar clínicas novas, há que se dar apoio às clínicas que já existem, que com muita dificuldade honram o seu nome para tratar dos dependentes clínicas.

Sr. presidente, esperamos que o nosso projeto seja aprovado em todas as instâncias e que possamos realizar também, com o apoio do governo do estado, o Fórum de Debate Especial Antidrogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria que o deputado Reno Caramori esclarecesse a questão levantada por ele sobre a herança recebida por Raimundo Colombo, se foi a herança de 2003. Não ficou bem esclarecido. Mas o deputado Reno Caramori não se encontra agora neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo fazer uma menção elogiosa a um projeto, deputado Elizeu Mattos, da presidente Dilma Rousseff, que no meu entendimento, deputado Manoel Mota, reveste-se da maior importância para Santa Catarina. Inclusive, traz contribuições significativas a respeito da prevenção das drogas neste estado, assunto tratado pelo deputado Antônio Aguiar.

Deputado Neodi Saretta, esse projeto diz respeito ao programa Mais

Educação, que está sendo estruturado pela Presidência da República. A imprensa divulgou amplamente esse programa que nada mais é do que a escola em tempo integral para os alunos do ensino fundamental, do 1º ao 9º ano.

A escola em tempo integral é o que há de melhor, o projeto ideal, o projeto da formação de uma sociedade, de um país evoluído. Os países desenvolvidos conquistaram isso há 20, 30, 40, 50 anos, deputado Ismael dos Santos. As crianças brasileiras estudam meio período. Então, no contraturno, enquanto a mãe e o pai estão trabalhando, muitas dessas crianças ficam nas ruas e vão para prostituição, para o mundo das drogas. Esse período no contraturno compromete, no meu entendimento, de forma significativa a formação das crianças.

Portanto, na escola em tempo integral a criança fica o dia inteiro na escola e no contraturno é-lhe oferecido, segundo o programa, aulas de esporte, música, enfim, atividades extracurriculares que os filhos das famílias das classes média e alta já fazem.

Portanto, o projeto lançado pelo ex-secretário de Educação, Marco Tebaldi, também do ensino integral no ensino médio, no 2º grau, é de fundamental importância. Em Santa Catarina parece-me que são mais de 100 escolas. O programa já iniciou no estado, com o apoio do MEC.

Por que é importante, deputado Ismael dos Santos? O jovem se forma aos 17 anos, mas quando você pergunta sobre a profissão que pretende seguir, ele diz que se formou no 2º grau.

Eu tive a oportunidade de formar-me na Escola Técnica Federal Agrícola. Saí da escola agrícola de Araquari, a mesma escola em que o deputado José Milton Scheffer se formou, já prestei concurso na prefeitura de Joinville e fui trabalhar, preparando-me para a universidade.

Esse programa da presidente Dilma Rousseff vai beneficiar cinco milhões de crianças no Brasil, atingindo, inicialmente, 60 mil escolas dos municípios que estão-se credenciando, com investimentos de R\$ 1,4 bilhões. E a preferência será dada para a implantação desse programa em regiões que têm maior índice de incidência do Bolsa Família ou que tenha um baixo Ideb.

Portanto, não posso deixar de elogiar a ação da presidente Dilma Rousseff, que, aliás, tem tratado com muita elegância este estado e o governador Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, parabéns pela sua intervenção e ontem, inclusive, já trouxemos à baila o debate sobre a escola integral.

Mas gostaria de ressaltar que é preciso ter cuidado com quatro aspectos: valorização do profissional, espaço físico, pois é preciso adequar muitas escolas de Santa Catarina para que de fato tenhamos uma escola integral de resultados;

implementação de ferramentas tecnológicas, para que consigamos as perspectivas da profissionalização; envolvimento da comunidade do entorno da escola.

A cultura, a arte, o lazer, o esporte, enfim, tudo isso poderá dar uma formação positiva ao aluno.

Parabéns pela sua intervenção!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darcy de Matos, quero parabenizá-lo pela sua fala.

Estou vindo agora do auditório do Tribunal de Contas, onde aconteceu a assinatura dos convênios, dos arts. 170 e 171. Na verdade são mais de R\$ 71 milhões que estarão sendo repassados às entidades a partir de agora. E o governador do estado, Raimundo Colombo, tem como prioridade a questão do pagamento dessas bolsas.

Então, para reforçar, gostaria de deixar registrado que este deputado e os deputados Carlos Chiodini, Manoel Mota e Altair Guidi estavam no TCE representando esta Casa na assinatura dos convênios com as entidades públicas, comunitárias e particulares, referentes aos arts. 170 e 171, questão pela qual v.exa. também brigou bastante neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu quero reforçar que alguns municípios de Santa Catarina já possuem projetos pilotos da escola de ensino fundamental em tempo integral. Em Joinville temos algumas escolas desse tipo que foram implantadas na gestão de Luiz Henrique da Silveira e de Marco Antônio Tebaldi.

Também há um projeto piloto de escola em tempo integral na Escola de Educação Básica Giovanni Pasqualini Faraco, do município de Joinville.

Portanto, vejo com simpatia o programa e certamente todos nós estamos otimistas com a possibilidade da implantação desse projeto de forma gradativa, não apenas no estado de Santa Catarina, mas no Brasil, principalmente nos bolsões e nas regiões mais carentes.

Sr. presidente, não poderia deixar de fazer menção a um evento, do qual não pude participar, deputado Kennedy Nunes, sobre o repasse de verbas oriundas do art. 170 - e Santa Catarina é o único estado do Brasil que possui - e do art. 171, criado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que esta Casa regulamentou no ano passado.

O repasse começou com um valor de R\$ 2 milhões e já está em R\$ 12 milhões reais. Para este ano a previsão é de que sejam repassados às instituições de ensino cerca de R\$ 15 milhões e há a perspectiva de que se chegue, num futuro próximo, a R\$

40 milhões.

Agora, não posso deixar, deputado Kennedy Nunes, de fazer menção a um projeto de lei que está ainda na comissão de Constituição e Justiça e que foi diligenciado para a secretaria da Educação, onde recebeu uma posição favorável. Refiro-me ao projeto que cria um fundo específico para bolsas de estudos destinadas aos alunos do ensino técnico.

A deputada Angela Albino solicitou que seja realizada uma audiência pública e faço um apelo ao deputado Romildo Titon, para que agendemos essa audiência para debater a possibilidade da criação desse fundo. Por quê, deputado Kennedy Nunes? São R\$ 15 milhões do art. 171, mais R\$ 50 milhões do art. 170, resultando em R\$ 65 milhões, e mais R\$ 10 milhões da Lei Jorginho Mello. Então, algo em torno de R\$ 70 milhões será destinado ao ensino superior.

E para o ensino técnico, deputado Kennedy Nunes? Zero! Nenhum valor! Nenhuma ação! Nenhum evento! Nenhuma atitude!

Nesse sentido, apresentei projeto de lei tentando consignar uma parte desse fundo do art. 171, que ainda está em formação, para que possamos dar bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores do estado de Santa Catarina.

Por quê, deputado Kennedy Nunes? Em Joinville nós estamos trabalhando nos bairros, fazendo uma série de reuniões partidárias e técnicas.

Joinville, deputada Angela Albino, vai dobrar o seu PIB, atraiu a GM e a BMW para a região. Nós estamos crescendo com um índice mais elevado do que a China. Mas pasmem, srs. deputados: 52% dos trabalhadores de Joinville recebem menos de dois salários mínimos! Vou repetir, deputado Nilson Gonçalves, 52% dos trabalhadores da cidade de Joinville recebem menos de dois salários mínimos! Nas mãos de quem está concentrada a riqueza, a pujança econômica, o capital, o PIB que vai dobrar nos próximos dez anos? Nas mãos de poucos empresários. Joinville é uma cidade com imagem, com fama de cidade rica. Mas os trabalhadores não são ricos.

Portanto, qual é o desafio, deputado Kennedy Nunes? O desafio é transformar essa riqueza, esse crescimento, deputado Nilson Gonçalves, essa pujança em qualidade de vida. O desafio é dar formação profissional para que os trabalhadores possam ter uma melhor remuneração, porque realmente os dados nos deixam assustado. Cinquenta por cento ganhando até dois salários mínimos é uma informação que nos preocupa e que nos leva certamente a uma reflexão profunda!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher apresentou parecer pelo arquivamento do Ofício n. 0586/2011, de

entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0030/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0560/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2011, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a redação do número 3 na Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 2011, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus órgãos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Em discussão.
DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN		(Pausa)
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim			
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim			Está encerrada a votação.
DEPUTADO VALMIR COMIN				Colho o resultado.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI				Em votação.
				Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Está encerrada a votação.				
Colho o resultado.				Aprovado.
Votaram 22 srs. deputados.				Há um pleito do deputado Gilmar Knaesel e do deputado Aldo Schneider para que seja deliberado o Projeto de Lei n. 0052/2012.
Temos 22 votos "sim".				Gostaria de saber se todos os srs. deputados concordam que ele seja colocado em discussão e votação.
A matéria está aprovada em segundo turno.				(As lideranças aquiescem.)
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004//2012, de autoria comissão de Constituição e Justiça, que estabelece requisito temporal para remoção a pedido na Magistratura Estadual.				Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0052/2012, de autoria dos deputados Gilmar Knaesel e Aldo Schneider, que institui o Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina.
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.				Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.
Em discussão.				Em discussão.
(Pausa)				(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.				Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.				Em votação.
Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.				Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico)				Aprovado.
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim			Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0175/2011, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o Capítulo V no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
DEPUTADO ALTAIR GUIDI				Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim			Em discussão.
DEPUTADA ANGELA ALBINO				(Pausa)
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR				Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO CARLOS CHIODINI				Em votação.
DEPUTADO CIRO ROZA	sim			Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO DADO CHEREM				Aprovado.
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim			Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0277/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no estado de Santa Catarina, nas hipóteses que especifica.
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim			Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI				Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH				
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim			
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim			
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim			
DEPUTADO GILMAR KNAESEL				
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim			
DEPUTADO JAILSON LIMA				
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim			
DEPUTADO JOARES PONTICELLI				
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER				
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim			
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim			
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI				
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim			
DEPUTADO MARCOS VIEIRA				
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK				
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim			
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim			
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim			
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim			
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim			
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim			
DEPUTADO RENO CARAMORI				
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim			
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim			

# ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h16, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Sai em defesa da Cohab de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0052/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2012, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece requisito temporal para a remoção a pedido da Magistratura Estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

Quem votar "sim" aprova a matéria e quem votar "não" rejeita-a.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREIM

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim".

A matéria está aprovada em segundo turno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0175/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0176/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0177/2012, 0178/2012, 0179/2012, 0180/2012, 0181/2012 e 0182/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0183/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0184/2012,

0185/2012, 0186/2012, 0187/2012, 0188/2012 e 0189/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0064/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita a criação de fórum para tratar da questão das cirurgias eletivas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0003/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Petrobras, solicitando a manutenção da cidade de São Francisco do Sul como local para receber a quarta unidade regaseificadora da referida empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense nesta tarde, ontem o eminente deputado Serafim Venzon fez algumas considerações importantes sobre a Cohab e hoje também farei, até para fazer justiça e resgatar a verdade.

A Cohab, atualmente, está sofrendo alguns ataques sobre fatos que não são verdadeiros, o que gera problemas não somente para a Cohab, como para Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"As ações da atual gestão se voltaram prioritariamente para o atendimento de famílias que têm renda mensal de até um

salário mínimo, com o objetivo de evitar o surgimento de novas favelas nas cidades catarinenses. O foco da administração foi reduzir o custo operacional da empresa, reabilitar a companhia como agente financeiro junto ao Banco Central e a captação de recursos para o setor habitacional catarinense.

De acordo com os balanços publicados pela empresa, o investimento em produção, no ano de 2003, foi de R\$ 80.519,02. Já em 2012 esse montante saltou para R\$ 15.214.052,88 - valor cerca de 190 vezes maior do que o aplicado em produção no primeiro ano da gestão.

Entre 2003 e 2011 foram concluídas 10.477 unidades habitacionais, sendo que mais 2.091 estão em execução. Já estão também garantidos os recursos para a construção de mais de 3.524 unidades urbanas e outras 2.641 estão em licitação ou em fase final de projeto.

A projeção de arrecadação do Poder Executivo para o estado de Santa Catarina, em 2012, segundo a secretaria da Fazenda, será de R\$ 16.954.573.635,00 - quase 17 bilhões de reais! Desse total, o comprometimento com a Cohab/SC está previsto para R\$ 13.500.000,00, o equivalente a apenas 0,08% do total do Orçamento estadual. Observa-se que a Cohab/SC sempre conviveu com a pouca disponibilidade de recursos estaduais, sempre operou à busca por alternativas que possibilitassem viabilizar moradias para a nossa população.

As contas da Cohab relativas ao período 2003 a 2007 foram integralmente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sendo que as contas de 2008, 2009 e 2010 ainda se encontram em análise, como se encontram as das prefeituras, do estado, e, de acordo com as possibilidades do TCE, estão sendo aprovadas, não havendo posicionamento final sobre a existência de possíveis irregularidades na mesma.

Cabe ainda ressaltar que todos os balanços anuais da companhia desde 2003 foram submetidos à apreciação do Conselho de Administração, aos acionistas da empresa e aos auditores externos, tendo sido sempre constatada sua regularidade e aprovados sem ressalva."

Então, a Cohab fez um trabalho extraordinário, responsável, o qual pude acompanhar. A diretora Maria Darcí Mota Beck recebeu a empresa na época do governo de Luiz Henrique da Silveira, sendo que no primeiro mandato era para a Cohab ter sido extinta, pois estava inadimplente, não operava com nenhum banco e muito menos com o Banco Central. Por isso o trabalho de resgate da empresa foi gigantesco. Mas a diretora e sua equipe trabalharam muito para resgatar a empresa, que tinha contra si ações de funcionários não contestadas.

Hoje, a Cohab de Santa Catarina é uma entidade aprovada pelo Banco Central, é uma instituição preparada para qualquer missão. Ela é destaque entre as demais Cohabs porque realiza. Agora um diretor está fazendo denúncias vazias, sem fundamento, criando uma situação difícil para uma empresa que tem uma administração idônea, prejudicando ações que beneficiariam a população de Santa Catarina.

Havia no estado um amontoado de pessoas que vinham do interior para a cidade, criando uma grande dificuldade. Mas o trabalho foi tão grande que hoje não ocorre essa situação em Santa Catarina.

Então, é preciso resgatar a imagem da empresa através das pessoas que lá trabalham. Não podemos aceitar pessoas que não têm responsabilidade, que por onde passam deixam marcas negativas, como aquele que saiu por aí atirando em tudo que vê, juntamente com alguns funcionários que foram demitidos, porque o serviço não andava, não prestava. Por essa razão, a diretora teve que afastá-los. Mas através de uma ação na Justiça, conseguiram voltar e juntar-se a esse diretor para tentar denegrir a imagem de uma empresa respeitada como a Cohab. Assim, não dá para ficarmos de braços cruzados e ouvir tudo isso sem nos manifestar.

Eu posso dizer que me orgulho da minha irmã, da forma que ela age, pois não precisaria estar na Cohab. Ela tem uma carreira vitoriosa na Caixa Econômica Federal e atingiu o teto profissional. Ela se aposentou como diretora de Saneamento daquela instituição por competência técnica, cargo que muitas pessoas gostariam de conquistar. Por onde ela passou, deixou a marca do seu trabalho, da sua responsabilidade, e hoje estão tentando jogar lama em quem faz, em quem administra e em quem é sério. Não podemos aceitar isso de braços cruzados, ou seja, que uma diretora que se tem dedicado de corpo e alma passe por essa situação!

Hoje se fala em extinguir a Cohab, mas isso será um crime contra Santa Catarina, será um crime contra uma entidade que hoje pode operar com qualquer instituição financeira, porque houve o resgate através de um trabalho decente e responsável.

Por isso quero marcar deixar aqui, meu caro presidente, a defesa daqueles que fazem, daqueles que realizam e daqueles que têm amor, que colocam o seu sangue na construção de casas para a população de Santa Catarina.

Neste momento, estou vendo que está no plenário um prefeito que foi deputado nesta Casa e que está dando muito orgulho a Balneário Camboriú pelo trabalho realizado em sua administração. Estou falando do nosso amigo Edson Piriquito.

Voltando à questão da Cohab, cansei de participar de solenidades de entrega de casas e ver as pessoas com lágrimas no rosto, porque a emoção é muito grande. É uma experiência linda entregar uma casa para quem não tem casa. Quem não tem casa não tem endereço, porque hoje mora aqui, amanhã mora acolá.

Então, a Cohab vem prestando relevantes serviços a Santa Catarina. E quero dizer ao nosso governo que vamos investir ainda mais em casa popular, que em nosso governo as pessoas estão em primeiro lugar e a moradia é coisa de primeiro lugar.

Por isso estou aqui com muita convicção, com muita responsabilidade, levantando essa questão, porque me orgulho do papel que foi feito, em que todos os 293 municípios receberam obras. Lá não se fez política, porque a minha irmã é técnica e faz um trabalho com garra, determinação e responsabilidade, dedicando-se de corpo e alma para entregar mais casas aos catarinenses.

Portanto, queremos dizer ao governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira que vamos continuar investindo e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Os demais deputados inscritos em Explicação Pessoal já não se encontram em plenário, devido a compromissos assumidos.

Portanto, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de agradecer aos servidores da Casa que trabalharam no plenário; as nossas taquígrafas, o pessoal do som, da TVAL, os policiais militares, o pessoal da assessoria da Mesa Diretora, que tão bem desempenharam suas funções, dando-nos condições de trabalho. Meu agradecimento especial aos telespectadores que acompanharam mais uma sessão da Assembleia Legislativa.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



# ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherm - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Apresenta o relatório dos trabalhos realizados pela comissão de Saúde durante o ano de 2011.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Manifesta-se sobre a Educação, sobre o Plano de Carreira do Magistério, sobre os reajustes e sobre os valores aplicados pelo estado referentes à Educação.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Registra a inauguração do Hospital Universitário da Furb.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Reporta-se à reintegração de posse da Construtora Triunfo, na cidade de Abdon Batista, e à grave violação de direitos dos atingidos pela obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, queremos continuar apresentando, na tribuna desta Casa, o relatório dos trabalhos realizados pela nossa comissão de Saúde durante o ano de 2011. São dois volumes, mas estou extraíndo uma síntese desse relatório para poder apresentá-la aqui, com certeza, em várias oportunidades, já que há muito assunto e é impossível de tratar apenas em dez minutos de fala que temos na tribuna.

Esse relatório de atividades da comissão de Saúde do ano de 2011 contém um relato e um resumo das audiências públicas, porque muitos assuntos tratados nas audiências públicas realizadas nos mais diferentes lugares do nosso estado são problemas comuns que se repetem, enquanto outros são específicos.

Então, fizemos no relatório uma separação entre os problemas comuns e os problemas específicos. Por exemplo: quanto à falta de médicos pediatras, em todo o estado de Santa Catarina, do sul ao extremo oeste, do planalto serrano à região norte, passando pelo vale do Itajaí, há falta de médicos pediatras. Esse é um exemplo de um problema comum. Depois há os problemas específicos de cada região onde realizamos as audiências.

As nossas audiências foram realizadas em Criciúma para tratar sobre a necessidade de descentralizar a alta complexidade em pediatria, e já sempre aproveitando para levantar problemas da situação da saúde naquela região.

Em Florianópolis, discutimos como está a atenção básica nos municípios da Grande Florianópolis. Depois voltamos com outras audiências para tratar especificamente sobre o Hospital Florianópolis.

Em Taió, foi discutida a situação do Hospital e Maternidade Dona Elizete.

Em Chapecó, tratamos da descentralização em alta complexidade em pediatria e a saúde da região oeste.

Em Lages, debatemos a necessidade de descentralizar a alta complexidade em pediatria e a saúde na região serrana.

Da mesma forma, em Rio do Sul tratamos da descentralização e alta complexidade em pediatria e a saúde da região da Amavi.

Em Florianópolis, discutimos a situação do Hospital Florianópolis.

Depois realizamos, aqui em Florianópolis, nesta Casa, uma audiência pública específica para tratar do programa estadual de incentivo às cirurgias eletivas. Também foram feitas audiências em Florianópolis para tratar dos relatórios trimestrais de gestão do SUS pela secretaria estadual da Saúde.

Realizamos uma audiência pública em Araranguá para tratar da situação do Hospital Regional de Araranguá. Da mesma forma, em Tijucas, para debater a situação da saúde dos hospitais do vale do Tijucas.

Foi feita outra audiência em Florianópolis, que tratou sobre o tabagismo: políticas de prevenção e controle, Consultas n.s 112 e 117 da Anvisa e políticas de diversificação de cultivo e renda para os fumicultores.

Outra audiência pública em Florianópolis tratou sobre os análogos de insulina pelo SUS e diabetes tipo 1. Ainda em Florianópolis tratamos também da gestão pública dos hospitais e as organizações sociais.

Em Joinville, a audiência pública tratou sobre a situação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Fizemos audiências em São Miguel d'Oeste, Ituporanga, Araranguá, Chapecó e Guarimirim. Quer dizer, foram realizadas diversas outras audiências.

Portanto, esse relatório que apresentamos à Casa retrata as audiências públicas realizadas em diversas regiões do estado de Santa Catarina pela comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, muitas vezes acompanhada também pelo Fórum dos Pequenos Hospitais, durante o ano de 2011.

(Passa a ler.)

"As audiências públicas tiveram por objetivo ouvir a população e debater sobre a situação da saúde em geral, destacando-se a realidade da saúde e a situação dos hospitais. Tratamos também de temas específicos, como a necessidade de descentralização de alta complexidade em pediatria - especialmente em

neurocirurgia, cirurgia cardíaca, oncologia, ortopedia pediátrica para as várias regiões do estado.

Se a medicina para os adultos já está relativamente descentralizada, a medicina para as nossas crianças, a pediatria, nas suas diferentes especializações ainda está muito aquém das necessidades. Vou dar o exemplo de crianças portadoras de câncer, que têm que se deslocar das longínquas regiões do nosso estado para a capital, para fazer as sessões de quimioterapia ou radioterapia, e depois voltam em condições muitas vezes precárias, com vários efeitos colaterais.

Portanto, isso demonstra que dentro da humanização do sistema de saúde precisamos descentralizar a alta complexidade em pediatria.

As audiências contaram com a grande participação da população em geral, da secretaria estadual da Saúde, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, prefeitos, vereadores, secretários municipais de Saúde, dirigentes hospitalares, membros dos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, sindicatos, igrejas e Organizações Não Governamentais.

Neste relatório destacamos pontos em comum abordados na maioria das audiências, bem como um resumo de cada audiência. Relacionamos na íntegra as atas de todas as audiências públicas.

Este relatório será apresentado ao governador Raimundo Colombo, ao secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, ao presidente da Assembleia Legislativa, ao Ministério Público Federal e Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado, à imprensa e ficará à disposição na comissão de Saúde para os participantes das audiências públicas e população em geral. Todos poderão acessar esse relatório, que será disponibilizado no site oficial da nossa Casa, da Assembleia Legislativa, bem como em outros sites como na comissão de Saúde desta Casa."

Portanto, vamos apresentar tudo em uma sequência porque acho que é importante tornarmos o mais público possível as informações que constam deste relatório com o único objetivo de colaborar, contribuir, ajudar na solução dos problemas da Saúde do nosso estado.

Existe um princípio na medicina que preceitua que se for feito o diagnóstico correto, saberemos como orientarmos para o tratamento e quais os remédios aplicar, levando em consideração os sinais e sintomas decorrentes da doença. Aqui se aplica o mesmo princípio. Em qualquer setor da administração pública em que tenhamos problemas precisamos, em primeiro lugar, identificar os problemas, fazer o diagnóstico e, a partir daí, encaminhar o tratamento, as propostas, as soluções, as alternativas, caso contrário, ficaremos atirando a esmo, para todos os lados, mas, uma vez identificados os problemas, vamos agrupá-los, ordená-los e debruçarmo-nos sobre eles.

Acredito que esta Casa, a nossa comissão de Saúde, deu demonstrações ao governo do estado que acima dos interesses partidários, acima das divergências ou das

diferenças que possamos ter aqui neste mosaico de partidos políticos, nesta pluralidade partidária que representa o povo de Santa Catarina, há interesses maiores, e em se tratando de saúde os interesses maiores do povo catarinense deverão ser preservados para que possamos nos atentar aos problemas e resolvê-los e não apenas fazer a denúncia pela denúncia. Isso não tem sentido. O povo não pode mais esperar.

Eu quero, então, numa sequência de vários momentos, apresentar dados deste relatório entrando nos principais pontos levantados para que possamos, a partir da comissão de Saúde desta Casa, em conjunto com os srs. deputados, fazer os encaminhamentos necessários para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, não poderíamos deixar de usar esta tribuna neste dia para voltar a falar sobre um assunto que foi extremamente debatido no ano passado e que este ano volta à tona com os debates sobre a Educação, sobre o Plano de Carreira do Magistério, sobre os reajustes e sobre os valores aplicados pelo estado referentes à Educação.

Antes de falar, especificamente, sobre a proposta da discussão de implantação do piso para os professores da rede estadual, gostaria de relembrar a necessidade de debatermos o aumento dos recursos destinados à Educação em Santa Catarina.

Propus, ainda no ano passado, uma emenda constitucional com uma nova forma de financiamento da Educação no estado, inclusive alterando os índices mínimos estabelecidos na Constituição do estado para aplicação no desenvolvimento da Educação.

Esta emenda constitucional é, sem dúvida, uma alternativa, não apenas para cumprir a questão da lei do piso, mas para que, efetivamente, possamos ter mais recursos para a Educação no estado.

A cada ano vai haver o mesmo debate, caso não tomemos essa posição firme de aprovar essa emenda constitucional. Ao propormos a elevação dos gastos com a Educação, de 25% para 30%, estamos também propondo que o governo do estado, efetivamente, assumira a Educação como uma prioridade absoluta, além do que temos outras questões pendentes. O governo continua incluindo pagamento de servidores inativos no cálculo dos 25%, e nós já temos dito, reiteradas vezes, que esse procedimento é ilegal.

O Tribunal de Contas também assim entende e apresentamos uma emenda constitucional, que tramita nesta Casa, proibindo essa prática. Ou seja, os inativos devem ser pagos, são ligados à Educação, sim, mas o valor gasto com esse pagamento tem que ser pago além dos 25% e não devem ser incluídos nos 25% da Educação.

Então, esta é uma questão fundamental. E a segunda questão fundamental é sobre a proposta da emenda constitucional. Nós não podemos mais nos limitar a ver o estado aplicando apenas 25% das suas receitas tributárias na Educação.

Quero lembrar que esse é um debate que também ocorre no Congresso Nacional. Está em debate o Plano Nacional da Educação, em que se prevê a aplicação de um percentual do PIB na Educação. Há propostas que estão

variando entre 7% a 10% do PIB, para aplicação no desenvolvimento da educação brasileira.

Creio que os governantes terão que tomar uma decisão fundamental, isso se, efetivamente, a Educação for prioridade e não apenas estiver dentro daquilo que determinam os atuais marcos regulatórios na aplicação de percentuais mínimos para o cumprimento das disposições legais.

Vejam o caso do piso nacional de salários, fixado no valor de R\$ 1.451,00. O estado alega impacto financeiro na folha. Sim, haverá, obviamente, não se reajusta salário sem impacto financeiro da folha, mas se adotado o percentual de 30% para a Educação, esse impacto será pequeno e absorvido por este percentual, restando, inclusive, uma boa parcela de recursos para outros investimentos importantes que devem ser feitos na área da Educação, para além do pagamento dos salários do Magistério.

Vejo o caso agora do governo propondo a aplicação do piso, novamente, de forma achatada, o que já aconteceu no ano passado quando o governo até cumpriu a lei de pagar o piso mínimo, mas provocou um brutal achatamento da tabela salarial criando um amplo descontentamento no Magistério catarinense.

E essa proposta que está sendo apresentada novamente vem ao encontro dessa linha que tem sido adotada, ou seja, de achatamento dos salários. Cumpre-se o piso sob o ponto de vista do valor mínimo, mas não se cumpre a lei no que diz respeito à aplicação para toda a carreira, senão não haveria sentido apenas ter um piso que não contemplasse a evolução nas diversas carreiras.

Quero, inclusive, enaltecer publicamente a posição do atual ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que está tendo a coragem de fazer o debate sobre a aplicação do piso. Ele está dizendo claramente que dá impacto, sim, mas é necessário ser aplicado. Irei reproduzir aqui as palavras do ministro:

(Passa a ler.)

"É evidente que é um reajuste forte, mas é um reajuste dado [...] Nós podemos pensar novos mecanismos de reajuste, mas tem que ser um reajuste que assegure o crescimento real do piso." [sic]

Esta é a afirmação do ministro Mercadante. Portanto ele próprio tem feito essa defesa de que não se trata apenas da correção dos salários, como foi dito durante todo o ano passado, mas propor um novo financiamento e este, necessariamente, no nosso entendimento, passa pelo aumento do índice de aplicação dos recursos do estado na Educação. Esta é, inclusive, uma bandeira que, no meu entendimento, deveria ser encampada por todo o Magistério catarinense. Caso contrário, a cada ano, será negociada apenas a migalha do reajuste e não, efetivamente, os valores aplicados na Educação.

Temos que pensar na Educação para além dessa negociação momentânea, temos que pensar para além da discussão do reajuste imediato do piso, que é necessário, fundamental e precisa ser feito, mas temos que pensar como uma questão estrutural do estado, precisamos saber se isso é ou não prioridade, e os municípios também precisam pronunciar-se. E não acredito que seja prioridade nos municípios onde se aplicam os rasos 25%. Não se faz mais hoje Educação de qualidade aplicando somente esses índices. Isso se fazia em outras épocas, não agora diante das novas realidades.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, nesse dia em que me solidarizo, mais uma vez, com os professores nessa sua luta pela aplicação do piso na carreira, chamo a

atenção e alerta de que essa questão, efetivamente, somente será resolvida quando nós alterarmos os percentuais de aplicação na Educação. Se o governo tiver coragem de bancar esse reajuste e se esta Casa se dispuser a votar a emenda constitucional que aqui tramita e que eleva esses recursos de 25% para 30%...

Portanto, manifesto minha solidariedade ao Magistério catarinense e a nossa disposição de contribuir com essa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, queria inicialmente cumprimentar o reitor da Furb, João Natel, em seu nome saudar todo o corpo docente e discente, enfim, toda a comunidade da Fundação Universitária de Blumenau, pioneira em Santa Catarina. Na segunda-feira o governador Raimundo Colombo esteve naquela universidade, acompanhado dos deputados da região e de diversas lideranças políticas.

Estivemos lá inaugurando o Hospital Universitário da Furb. Um sonho! Lá foi colocada a pedra fundamental há mais de 12, 13 anos. Aliás, o primeiro recurso foi liberado para iniciar a construção inicialmente de um ambulatório, agora, uma parte do hospital vai atender às urgências e emergências em toda a cidade de Blumenau, no seu entorno, principalmente às inúmeras ocorrências na BR-470, pois o acesso daquela BR até o centro de Blumenau, onde se localizam os hospitais Santa Isabel, Santo Antônio, Santa Catarina e que, juntamente, com o quarto hospital de Blumenau, em Itoupava, é muito precário.

O Hospital Universitário vai ser de fácil acesso, está praticamente a 150 ou 200 metros da BR-470 e vai facilitar muito o socorro aos acidentados eventuais daquela BR, bem como os acidentes que ocorrem com as pessoas que se deslocam de Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode e Massaranduba.

Além disso, sendo um hospital da universidade, vai cumprir pelo menos duas grandes funções, a primeira, como é o Hospital Universitário, vai transferir para seus alunos, para os acadêmicos, a habilidade e o comportamento do médico. Quer dizer, o aluno vai absorver os bons vícios, as virtudes de seus professores, que serão transmitidas durante os seis anos da faculdade, durante a residência, e não apenas na área da medicina, mas da enfermagem, assistência social, enfim, em todas as áreas que envolvem a área da Saúde. E sendo um hospital próprio, sendo a própria universidade, deverá fazer bem melhor do que faz agora, pois a Furb é uma grande universidade.

Eu mesmo tenho uma filha que faz faculdade de medicina na Furb. E muita gente de Brusque, da nossa região, enfim, frequentam os diversos cursos que a Furb oferece. E na área da Saúde os alunos se exercitam no Hospital Santo Antônio, principalmente no Hospital Santa Isabel, que tem prestado um extraordinário serviço. Mas, de qualquer maneira, dependem de um conjunto de normas por não se tratar de um Hospital Universitário, que cumpre, em primeiro lugar, o papel justamente de um hospital-escola, um hospital que vai ensinar 30, 40, 50 alunos todos os anos.

Imaginem quantos médicos, enfermeiras, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, quantos profissionais saem da faculdade todos os anos e entram no mercado de trabalho para prestar

seus serviços. Essa transferência de conhecimento tem que ser boa! Por isso, naturalmente, passa a ser um hospital mais caro do que um hospital comum. Num hospital escola o paciente é atendido com toda dignidade, com toda ética, como é atendido em qualquer outro hospital ou, quem sabe, ainda melhor, porque o professor, o médico que está ao lado do enfermo acompanhado dos alunos, terá que fazer o melhor por aquele paciente, a fim de que o acadêmico aprenda a fazer o seu trabalho ainda melhor.

Naturalmente é um hospital que precisa de muitos investimentos, porque há um custeio muito maior do que um hospital comunitário, particular, mesmo um hospital público, como temos aqui em Florianópolis o Celso Ramos, o Hospital Regional, que são hospitais públicos, mas que também servem como hospitais escolas para a formação de médicos residentes, mas quando é um hospital universitário é muito melhor.

Gostaria de saudar o dr. João Natel, que concretizará esse sonho, pois daqui a um mês agora começará a funcionar essa reivindicação que iniciou há mais de doze ou treze anos, que tive orgulho, na época como deputado federal, de destinar uma verba que deu condições para dar início às obras que agora se concretizam.

Seguramente esse hospital vai atender agora a essa necessidade, como disse, com muita dignidade, sendo escola, e ajudará a diminuir uma demanda reprimida muito grande existente em toda região, como há na grande maioria dos municípios de Santa Catarina.

Por mais esforço que faça o nosso secretário, dr. Dalmo Claro de Oliveira, que tem grande experiência como médico, como administrador que foi da Unimed, pois praticamente criou, fundou a Unimed de Santa Catarina, do Brasil... Ele foi inclusive presidente da Federação Nacional das Unimed e presidente da Federação Catarinense da Unimed. Tudo isso deu a ele uma grande experiência, uma grande prática. Mesmo com todo esse conhecimento, fazer com que o SUS de fato atenda a toda demanda é algo muito difícil.

Nas análises dos índices que foram feitos no Brasil, Santa Catarina apareceu com um dos melhores índices. Naturalmente essa avaliação repercutiu muito o trabalho que vinha sendo feito pelo nosso líder aqui, deputado Dado Chereim, que durante seis ou sete anos foi secretário da Saúde e que agora sob a coordenação ao dr. Dalmo Claro de Oliveira seguramente está dando continuidade àqueles projetos todos que haviam sido iniciados, que quer naturalmente ampliar, melhorar a cada dia.

A área da saúde é mais ou menos como o serviço de casa, o serviço da mãe: quando é bem feito, não se vê nada, apenas a casa limpa; o marido chega em casa, está tudo certo, ninguém reclama, os filhos estão todos felizes, mas quando a mãe não está em casa ou se ausenta por alguns momentos, já se percebe a diferença, a desorganização, sente-se a falta. E a saúde é justamente um setor assim, ou seja, quando o trabalho não é feito, quando acontece algum deslize, aí aparece nos jornais, no noticiário estadual, nacional, mas nunca se fala nos milhares de bons atendimentos realizados.

Então, tenho certeza de que esse hospital universitário será de grande ajuda. E a secretaria estadual auxiliará muito o

governo do estado a atender a essa demanda reprimida que existe em todo o estado, mas principalmente no vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, pedi a palavra, pela ordem, só para registrar com alegria a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Grassi, de São Miguel D'Oeste, e do Jaime Duarte, migueloestinos que estão tratando de assuntos referentes ao nosso município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, em primeiro lugar quero comemorar a decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal, que determina seis meses para o estado de Santa Catarina implantar a Defensoria Pública em nosso estado.

Este projeto tem sido muito debatido, tramitou nesta Casa ao longo dos últimos anos e revela a necessidade de que Santa Catarina se enquadre nos preceitos constitucionais, que é a garantia da defensoria, sobretudo, àqueles pessoas, às mulheres, aos mais pobres, que mais precisam de apoio, de proteção, de orientação e do direito à Justiça.

Portanto, quero comemorar essa decisão unânime e brilhante da nossa Corte maior. Agora, a tarefa está conosco. Temos que internamente agilizar para que possamos, deputada Angela Albino, ter a Defensoria Pública funcionando plenamente em Santa Catarina, conforme prazo estabelecido.

Quero também destacar que ontem estivemos participando, deputado Sargento Amauri Soares, das negociações que envolviam a reintegração de posse da Construtora Triunfo, na cidade de Abdon Batista, em função da ocupação do canteiro de obras pelas famílias atingidas pela obra.

Quero apenas dizer que às vezes temos a impressão de que faltam policiais em Santa Catarina, porque nessas horas, deputado, os policiais brotam das pedras. Eles estavam em inúmeras e inúmeras viaturas. O coronel Paulo César teve uma condução adequada, no meu entendimento, de diálogo e de busca da não violência, mas, sim, da garantia dos direitos de ambos. E o Movimento dos Atingidos pela Barragem recuou no primeiro momento, no sentido de garantir as negociações; portanto, conseguimos ampliar uma reunião que aconteceria no dia 29 com o promotor e a empresa para o dia 23. Houve bom senso por parte de todos.

Quero destacar, em primeiro lugar, a situação grave de violação de direitos dos atingidos por essa obra. E por que isso? Porque às vezes temos um olhar preconceituoso, autoritário, de questionar ocupações. Pois bem, essa ocupação é o

limite da negociação. O limite de milhares ou centenas de famílias que estão na sua propriedade, constituíram família, têm vínculos com aquela terra, mas chega a obra de uma empresa que quer gerar energia, desrespeitando violentamente os direitos dos que lá residem. E por que digo que muitas vezes há preconceito? Porque se alguém entrar na nossa propriedade, questionar e dizer que não somos mais o dono dela ou que vai oferecer por ela o que bem entender, ou diga para que saíamos da nossa terra, o que nós, cidadãos comuns, faremos? Obviamente que vamos questionar essa violência.

Então, essas famílias estão no direito elementar de garantir o direito à sobrevivência, o direito à moradia, o direito aos seus de terem um teto, de poder produzir e ser respeitado por isso. Portanto, precisamos ter claro que é possível, neste país, gerar energia, mas é possível também respeitar o direito de quem ali reside e o direito elementar do diálogo, o que muitas vezes não percebemos. A força do estado está contra aqueles que mais precisam e que são mais vulneráveis.

Então, fiz questão de estar naquele momento lá, porque às 10h a Polícia Militar estava prestes a fazer a reintegração de posse. E aí sabemos que nessas horas a violência acaba abalando crianças, mulheres e idosos, enfim, atinge a todos. Mas eles não desistiram da luta, embora no cumprimento e no recuo dessa decisão tenham se afastado do local onde estavam, mas continuaram mobilizados para que até na semana que vem se resolva o seu reassentamento e se garanta o mínimo de dignidade.

Então, quero deixar aqui também minha mensagem de apoio ao movimento dos atingidos pela barragem, porque não podemos ter dúvida de que quem mais precisa do estado está muitas vezes à margem do estado democrático de direito. Então, precisamos dessa garantia. Por isso, não estive ontem na sessão para poder fazer esse processo de também ajudar nessas negociações.

Mas não poderia deixar de falar do evento que acontece hoje na assembleia estadual dos trabalhadores em Educação. Quero, de antemão, dizer que estarei nesta assembleia me solidarizando como colega professora com a luta do Magistério. E às vezes tenho a impressão de que o governo não aprendeu a lição, que foram 62 dias de greve no ano passado. Por que digo isso, deputado Neodi Saretta? Porque a proposta apresentada é uma vergonha para os trabalhadores em Educação.

Não estamos falando de um piso de salário estratosférico. Estamos falando de 1.51%, na carreira do professor. A proposta apresentada achata a carreira do Magistério. O que isso quer dizer exatamente? Um profissional que entra com o Magistério tem 15 anos de carreira como graduado. Então, entra no Magistério, conclui a licenciatura plena ou a licenciatura curta e praticamente ganha o mesmo piso que os colegas que são ACTs ou início de carreira.

Portanto, o governo tem que levar mais a sério essa categoria, porque no ano passado foi muito dolorido para todas as famílias catarinenses os 62 dias de greve. A

fala do ano passado é que não dava para conceder nada, porque quebrava o Orçamento do estado. E neste ano a mesma fala se repete.

Então, não acreditamos mais que não seja possível atender à reivindicação dos educadores. Mas quero dizer por que é possível atendermos à reivindicação dos educadores. Em primeiro lugar, porque o repasse da União a Santa Catarina tem aumentado nos últimos anos. No ano de 2010 tivemos R\$ 1,8 bilhão ao Fundeb. Em 2011, R\$ 2 bilhões, e em 2012 a previsão é de R\$ 2,2 bilhões. Esse dinheiro pode ir 100% para o pagamento do salário dos professores.

O governo tem dito que está preocupado porque já está atingindo 80%. Mas é importante dizer a todos os catarinenses e aos educadores que a lei é muito clara. São, no mínimo, 60% desse recurso. Mas nada impede que 100% desse dinheiro sejam aplicados na remuneração dos nossos educadores.

Da mesma forma isso aconteceu nos últimos três anos, 2009, 2010, 2011, pois as informações que chegam inclusive devem ser confirmadas pelo Tribunal de Contas do Estado,

através do parecer das contas do ano passado com relação aos 25% da educação - é que mais uma vez não se aplicou os 25% da educação em Santa Catarina.

Então, ao mesmo tempo em que queremos 30%, como o deputado Neodi Saretta falou, nós queremos 30%, sim, mas queremos também que no mínimo os 25% da educação possam efetivamente ir para a educação.

Portanto, quero dizer ao governo algo que está na hora de enxergar, o óbvio. Nós estamos percebendo em todo o estado, e sou testemunha porque participei de várias assembleias, nesta semana, que os educadores estão com o sentimento mobilizado para não aceitar achatamento da carreira e não aceitar o piso de 1.451. Queremos o cumprimento da lei do piso, conforme o nosso ministro da Educação informou. E cumprimento da lei, é preciso que se entenda, tem duas questões: é piso, mas é adequação à carreira.

Por último, a lei também garante no art. 5º, então, que caso o estado não possa pagar, que comprove mediante planilha e peça complementação da União.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 18ª sessão ordinária, de 20 de março de 2012:

Discussão e votação em turno único das mensagens de veto n.s: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012 e 0477/2012; e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0098/2012.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para o dia 19, em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2012, que tem o seguinte tema: Fraternidade e Saúde Pública.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 319 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Aldo Schneider, Serafim Venzon, Pe. Pedro Baldissera, Ismael dos Santos e Sargento Amauri Soares, com a finalidade de apreciar a indicação, pelo Senhor Governador do Estado, do nome para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN: Diretor Jurídico: Marco Antônio Koerich de Azambuja

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0010-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 8 de fevereiro de 2012.

Substitui o Deputado Dado Cherem, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Adilor Guglielmi e o Deputado Aldo Schneider, na Comissão de Agricultura e Política Rural, pelo Deputado Manoel Mota.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Silvio Dreveck

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado Serafim Venzon

Deputado Elizeu Mattos

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Valmir Comin

Deputado Manoel Mota

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Darci de Matos

Deputado Aldo Schneider

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Marcos Vieira

Deputado Mauricio Eskudlark

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Volnei Morastoni

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Manoel Mota

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado José Nei Alberton Ascari

#### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,

#### DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Dado Cherem

Deputada Angela Albino

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Romildo Titon

Deputada Luciane Carminatti

#### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin

Deputada Angela Albino

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Manoel Mota

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Marcos Vieira

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Mauro de Nadal

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Gilmar Knaesel

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Serafim Venzon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Volnei Morastoni

#### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino

Deputado Altair Guidi

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Manoel Mota

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer  
 Deputada Angela Albino  
 Deputado Jorge Teixeira  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Edison Andrino de Oliveira  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto  
 Deputado Kennedy Nunes  
 Deputado Jorge Teixeira  
 Deputado Elizeu Mattos  
 Deputado Edison Andrino de Oliveira  
 Deputado Neodi Saretta  
 Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputado Valmir Comin  
 Deputado Jorge Teixeira  
 Deputado Edison Andrino de Oliveira  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Darci de Matos  
 Deputado Manoel Mota  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado José Nei Alberton Ascari  
 Deputado Manoel Mota  
 Deputado Romildo Títon  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera  
 Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Kennedy Nunes  
 Deputado Manoel Mota  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputada Angela Albino  
 Deputado Mauricio Eskudlark  
 Deputado Dado Cherem

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Dado Cherem  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputada Luciane Carminatti

Deputado José Nei Alberton Ascari  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputada Angela Albino

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, de 2012**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Parlamentar para a Preservação do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, integrado pelos Senhores Deputados Pe. Pedro Baldissera, Altair Guidi, Angela Albino, Moacir Sopelsa, Maurício Eskudlark, Narcizo Parisotto, Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon, objetivando dar continuidade aos encontros e seminários em diferentes regiões de Santa Catarina, sensibilizando a sociedade para a adoção urgente de medidas que garantam a preservação dos recursos hídricos naturais do Estado.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2012**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Joares Ponticelli, por um período de sessenta dias, a contar de 2 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATOS DA MESA DL****ATO DA MESA Nº 005-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 25 de março a 1º de abril do corrente ano, para viajar à Espanha.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário Deputado

Deputado Ana paula Lima - ecretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 006-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Ciro Marcial Roza para ausentar-se do País, no período de 20 de março a 5 de abril do corrente ano, objetivando estreitar as relações de cooperação intermunicipal entre o Estado de Santa Catarina e a República de Moçambique.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 007-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 21 a 24 de março do corrente ano, para participar de atividade da UPM na Cidade de Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 008-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Mauro de Nadal para ausentar-se do País, no período de 26 de março a 4 de abril do corrente ano, para participar da Conferência Internacional dos Países da BRICS, na Cidade de Nova Dhéli, Índia.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 009-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jailson Lima para ausentar-se do País, no período de 26 de março a 8 de abril do corrente ano, para participar da Conferência Internacional dos Países da BRICS, na Cidade de Nova Dhéli, Índia.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Ana Paula de Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização à Senhora Deputada Dirce Heiderscheidt para ausentar-se do País, no período de 23 de março a 4 de abril do corrente ano, para participar da Conferência Internacional dos Países da BRICS, na Cidade de Nova Dhéli, Índia.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 22 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Ana Paula de Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª

#### SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e onze, sob a presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da oitava reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença dos senhores Deputados Jorge Teixeira, Carlos Chiodini, Dirceu Dresch, Dóia Guglielmi Edison Andrino e da senhora Deputada Angela Albino. Em seguida, o senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente leu o parecer do Deputado Carlos Chiodini, o OF./0366.2/2011, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Comunitária de Crédito - Blumenau Solidarietà, de Blumenau, referente ao exercício de 2010", que colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o senhor Presidente leu o parecer do Deputado Edison Andrino, o OF./0576.0/2011, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de Rio Negrinho - ACIRNE, referente aos exercícios de 2010 e 2011", que colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente leu o parecer do Deputado Jorge Teixeira, o OF./0618.3/2011, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste - ACISMO, do Município de São Miguel d'Oeste, referente ao exercício de 2010, que colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o senhor presidente leu o parecer do Deputado Dirceu Dresch, o PL./0044.2/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente, e adota outras providências", que colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Ronédy De

Bonna Piva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2012

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1200 (MIL E DUZENTAS) DOSES DE VACINA CONTRA GRIPE, MONODOSE (DOSE INDIVIDUAL), SERINGA PREENCHIDA.**

**DATA:** 09/04/2012 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de abril de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 21 de março de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### DECRETO LEGISLATIVO

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.300, de 21 de março de 2012

Autoriza os representantes do Estado no Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício nº 0018.7/2012, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.



**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado e do art. 184, inciso V, do Regimento Interno,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam os representantes do Estado de Santa Catarina membros do Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, autorizados a votar a alteração do Estatuto Social, conforme proposta constante no Ofício nº 0018.7/2012, desta Assembleia Legislativa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

**Ofício Interno nº 022/2012** Florianópolis. 20 de março de 2012

Exmo. Senhor:

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa de SC Nesta Casa

Senhor Presidente,

Com as cordiais saudações, solicitamos a vossa excelência, alteração na justificativa do Projeto de Lei de nº PL0047. 5/2012 conforme texto em anexo.

Contando com a colaboração de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

**Ana Paula Lima**

Deputada Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/03/12*

### Justificativa

O presente projeto de lei visa o estabelecimento de uma ação conjunta de toda a sociedade de que o crack caracteriza-se como uma "pedra da morte" O projeto de lei é mais uma iniciativa, dentro de um conjunto de ações do mandato, para fortalecer campanhas de combate ao consumo de crack.

O projeto não se propõe a mudar o nome da droga, mas acrescentar a denominação "A pedra da morte." Para evitar leituras equivocadas a respeito do assunto, o texto do projeto de número 0047.5/2012, foi assim explicitado:

"Artigo 2º - Em todos os documentos, relatórios e manifestações de agentes e servidores públicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, será obrigatoriamente adotada e designada "Crack, a pedra da morte." para essa droga.

A proposta é mais um esforço no âmbito do Legislativo para chamar a atenção para a gravidade dos problemas em relação ao uso de uma droga cujas consequências têm sido devastadoras no país.

O poder legislativo tem apoiado todas as iniciativas de esclarecimento a população, inclusive as campanhas conduzidas pelos veículos de comunicação, a exemplo da campanha da RBS "Crack, nem pensar", tendo sido uma das autoridades presentes ao lançamento das peças publicitárias, em Florianópolis, além de ter de divulgar as ações, reiteradas vezes, no âmbito do Legislativo.

O projeto de lei número 0047.5/2012 está respaldado por campanhas deflagradas na sociedade e em Casas Legislativas, a exemplo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde, além do apoio de diversos parlamentares, também conta com o apoio de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo a proposta, nenhuma outra designação poderia ser mais imprópria para uma droga com esse grau de destrutividade como a de crack, que invoca no imaginário coletivo a ideia de atleta, destaque, entre outras informações ligadas ao sucesso, quando, na verdade, tem como uma de suas principais

características, reconhecida por qualquer pessoa, é a de causar o óbito do usuário em pouco tempo, havendo quem assegure que não passe de cinco anos.

Entre as autoridades que já se manifestaram sobre a campanha para acrescentar oficialmente a denominação "Pedra da Morte", esta o senador Paulo Paim - PT/RS, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que realizara audiências para a discussão dos malefícios da "pedra da morte".

Segundo estudos publicados "os efeitos fisiológicos em curto prazo do crack incluem: constrição dos vasos sanguíneos, pupilas dilatadas, aumento da temperatura, da frequência cardíaca e da pressão arterial. Grandes quantidades (várias centenas de miligramas ou mais) intensificam o efeito do crack para o usuário, mas também pode levar a um comportamento bizarro, errático, e violento. Grandes quantidades podem induzir tremores, vertigens, espasmos musculares, paranoia ou, com doses repetidas, uma reação tóxica muito parecida com a reação do uso das anfetaminas.

Alguns usuários de crack relataram sentimentos de agitação, irritabilidade e ansiedade. Em casos raros, morte súbita pode ocorrer no primeiro uso do crack ou de forma inesperada depois. As mortes relacionadas ao crack são muitas vezes resultado de parada cardíaca ou convulsões seguidas de parada respiratória. Aumento de sensibilidade pode explicar algumas mortes que ocorrem após doses aparentemente baixas de crack.

O crack eleva a temperatura do corpo, podendo causar no dependente um acidente vascular cerebral. A droga também causa destruição dos neurônios e provoca a degeneração dos músculos do corpo (rabdomyolise), o que dá uma aparência visivelmente alterada aos seus usuários, bem característica (esquelética): olhos esbugalhados e ossos da face salientes, braços e pernas finos e costelas aparentes. O crack inibe a fome, de maneira que os usuários se alimentam quando não estão sob seu efeito narcótico. Outro efeito da droga é o excesso de horas sem dormir, e tudo isso pode deixar o dependente facilmente doente.

No caso do crack, com apenas três ou quatro doses, as vezes até na primeira, o usuário se torna completamente viciado. Normalmente o dependente, após algum tempo de uso da droga, continua a consumi-la apenas para fugir do desconforto da síndrome de abstinência - depressão, ansiedade e agressividade, comum a outras drogas estimulantes.

Após o uso, a pessoa apresenta quadros de extrema violência, agressividade que se manifesta a princípio contra a própria família, desestruturando-se em todos os aspectos, e depois, por consequência, volta-se contra a sociedade em geral, com visível aumento do número de crimes relacionados ao vício em referência."

Ou seja, o crack é de fato a Pedra da Morte e assim deve ser considerada Este projeto tem o intuito de alertar a sociedade para esse mal que aflige milhares de famílias e que tem levado à morte milhares de catarinenses.

Desta forma contamos com o apoio dessa Egrégia Casa, na aprovação do referido projeto.

Deputada a Paula Lima

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 107/12

Declara de utilidade pública a Associação Sorrir Para Down.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Sorrir para Down.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*

*Sessão de 21/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Sorrir para Down.

A presente entidade presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, defendendo os direitos e os interesses do Portador da Síndrome de Down..

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 108/12

Dispõe sobre a criação do Programa para Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual e da outras providências.

Art. 1º Fica permitida a criação do Programa para a Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Parágrafo Único - O Programa consistirá na realização de cursos para operadores de caixa, telefonistas, recepcionistas, auxiliares administrativos, digitadores e outras funções assemelhadas.

Art. 2º A duração de cada curso oferecido pelo Programa será de acordo com sua especificidade, respeitada a legislação em vigor.

Art. 3º Após o término de cada curso a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, expedirá um certificado de conclusão com carga horária efetiva.

Art. 4º A Secretaria, enviará ao Sistema Nacional de Emprego - SINE a listagem dos profissionais capacitados pelo programa, para inclusão nas vagas disponíveis.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 20 de março de 2012

Deputado Neodi Saretta

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo a criação do Programa para Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual, através da Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação, assegurando a integração dessas pessoas, bem como o exercício dos direitos sociais e individuais, garantindo-lhes oportunidade de formação especializada.

No estado de Santa Catarina há milhares de pessoas com algum tipo de deficiência e que precisam de inserção no mercado de trabalho. O direito a igualdade é fundamental para que essas pessoas possam ter uma profissão, garantindo-lhes autonomia e mais oportunidades.

Tendo em vista a dificuldade enfrentada por pessoas com deficiência intelectual na hora de conseguir emprego, proponho o presente projeto, que objetiva auxiliar na inserção no mercado de trabalho garantindo assim a inclusão social.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 109/12

Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - IBRASCEP no município de São José/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - IBRASCEP, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Edison Andriano

Deputado Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

O Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - IBRASCEP é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como finalidade elaborar, coordenar, apoiar, propor e executar projetos de pesquisa, ensino, capacitação, preferencialmente no âmbito social e em parceria junto à iniciativa privada e com órgãos da administração pública Municipal, Estadual e Federal, visando o desenvolvimento integral da coletividade.

Tem como atividades principais intermediar, ampliar a capacidade técnica, administrativa, econômica e social dos cidadãos catarinenses, visando melhorar as condições de vida dos menos favorecidos, através de medidas que priorizam o desenvolvimento socioeconômico e bem estar da sociedade em geral, por meio de projetos pontuais que atendam as necessidades dos setores da sociedade mediante qualificação, capacitação e atualização profissional, bem como a de levantamento, processamento, análise e divulgação de dados e informações socioeconômicas.

Portanto, diante do exposto, e da relevância das atividades prestadas que corroboram com o desenvolvimento socioeconômico de nosso Estado, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da educação e do bem-estar social da nossa população.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 110/12

Cria o "Plano Estadual de Ações de Recuperação da Economia no Meio Rural Catarinense".

Art. 1º Fica criado o "Plano Estadual de Ações de Recuperação da Economia no Meio Rural Catarinense".

Art. 2º São Objetivos do programa:

- Identificar as principais causas do êxodo rural catarinense;
- Identificar por região catarinense, onde haja maior incidência de redução da atividade econômica rural e maiores níveis de empobrecimento das pessoas no campo;
- Descobrir os principais fatores que dificultam o fomento e sustentabilidade das atividades agrícolas em Santa Catarina.

d) Promover ações conjuntas de governo que objetivem manter as pessoas realizando atividades nas propriedades rurais;

e) Promover planos e ações que possibilitem a diversificação, visando o crescimento econômico da atividade rural catarinense;

f) Estabelecer parcerias entre os agricultores, suas associações, sindicatos, e o poder público, através da celebração de convênios de parcerias, que proporcionem diretamente o auxílio de sustentação àquela classe;

g) Estabelecer ações facilitadoras de acesso a aquisição de insumos, mudas, sementes, máquinas, perfuração de poços e demais meios necessários à sustentabilidade da economia rural catarinense;

h) Promover a valorização do trabalhador rural, através da capacitação técnica e científica, nos diversos ramos necessários ao desenvolvimento da atividade econômica rural catarinense;

i) Restaurar sistemas de água doce, possibilitando a implantação de projetos de aquicultura como alternativa de atividade econômica rural;

Art. 3º Fica a cargo da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, em conjunto com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, a elaboração de diagnóstico e execução das alíneas mencionadas no artigo 2º desta lei.

§ 1º Deverá ser mantido no site governamental da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, um banco de dados com a informações mencionadas no artigo anterior e também com as seguintes informações:

I - Cadastro geoprocessado das propriedades rurais existentes no Estado de Santa Catarina, com a respectiva anualidade na atualização territorial, inclusive a responsabilidade proprietária, e, se houver, as situações de acessão previstas no Código Civil Brasileiro, art. 1.248;

II - distinção das áreas de produção agrícola das demais áreas da propriedade rural;

III - o tipo de atividade agrícola desenvolvida, os produtos e subprodutos gerados, inclusive suas respectivas quantidades produzidas anualmente;

IV - em relação aos que exercem a atividade econômica em cada propriedade específica, determinar, além dos proprietários, os arrendatários, meeiros e locadores, que se beneficiem diretamente da atividade econômica agrícola desenvolvida naquela propriedade;;

V - criar listagem de dados informando a quantidade de pessoas que vivem em cada propriedade rural, e suas respectivas faixas etárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 45 dias após sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem por intuito criar iniciativa por parte do poder público para desenvolver soluções, a respeito do êxodo rural freqüente no Estado de Santa Catarina, e que abala a economia rural catarinense. Basta olharmos nos indicadores econômicos e financeiros dos dois principais meios de comunicação impressos do Estado de Santa Catarina, que entenderemos o por que do êxodo rural, ou seja, a economia agrícola praticamente não tem alavancagem de preço, os quais ficam estagnados, não acompanhando os indicadores inflacionários, ou seja, existe uma estagnação econômica quanto aos produtos agrícolas. Outra situação impertinente, é a de que os insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e investimentos (máquinas, equipamentos, acessórios), sofrem evolução no preço anualmente, e ainda, grande parte dos mesmos é importado, tendo preço elevado por este motivo. Ademais, em algumas economias agrícolas, principalmente os grãos, o Estado de Santa Catarina, muito rico na qualidade de sua produção, mas pobre na quantidade, em comparação aos estados vizinhos, ainda tem que arcar com a concorrência desigual de dois países que possuem forte subsídios governamentais, a Argentina e o Uruguai, sendo que, em Santa Catarina, o único subsídio existente, bons, por terem baixo custo financeiro, em contrapartida, são de baixo valor e a curto prazo de amortização, sendo exemplos as operações de crédito rural

PRONAF, PROJER e Securitização, que servem para interpor fluxos de caixa rápido com crédito direto na conta do agricultor e crédito financeiro para aquisição de acessórios, equipamentos e máquinas agrícolas.

Em consequência disso, as pessoas do meio rural, devido a tais realidades sem solução econômica, que em alguns casos não vislumbram nem a subsistência, deixam as propriedades do campo, e englobam-se ao processo de êxodo rural para as áreas de industrialização e litoralização.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 111/12

Estabelece parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sites de compra na internet, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As empresas que exploram o comércio eletrônico de vendas coletivas, no âmbito do estado de Santa Catarina, deverão manter serviço telefônico de atendimento ao consumidor.

Art. 2º As informações sobre a localização da sede física da empresa de vendas coletivas, deverá constar no site da internet da mesma.

Art. 3º As ofertas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - quantidade mínima de compradores para a liberação da oferta;

II - prazo para a utilização da oferta por parte do comprador, que deverá ser de, no mínimo, 01 (um) mês;

III - endereço e telefone da empresa responsável pela oferta;

IV - quando a oferta consistir em tratamentos estéticos ou assemelhados, deverá constar no anúncio, as contra indicações para sua utilização;

V - a informação acerca da quantidade de clientes que serão atendidos por dia e a forma de agendamento para a utilização da oferta por parte dos compradores;

VI - a quantidade máxima de cupons que poderão ser adquiridos por cliente, bem como o período do ano, os dias de semana e horários em que o cupom da oferta poderá ser utilizado;

Art. 4º Caso o número mínimo de participantes para a liberação da oferta não seja atingido, a devolução dos valores pagos deverá se realizada até 2 (dois) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 45 dias após sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/03/12*

#### JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem por intuito organizar alguns mecanismos importantes a respeito das compras pelos sítios eletrônicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de forma que o cliente não venha a sofrer com desacordos comerciais, falha do produto ou serviço ou falta de informações a respeito do produto, serviço ou da credibilidade do fornecedor.

Comércio eletrônico ou *e-commerce*, ou ainda comércio virtual, é a comercialização de produtos e serviços, feita através da *World Wide Web*. Ademais, é o uso da comunicação eletrônica e digital, aplicada aos negócios entre as pessoas que desejam adquirir bens, produtos ou serviços, concretizando-se com a liquidação financeira por intermédio de meios de pagamento eletrônicos. É o ato de vender ou comprar pela internet. O comércio eletrônico entre empresas e consumidores, surgiu no Brasil na década de 90 (noventa), e o crescimento do número de pessoas que negociam pela internet, vem crescendo paralelamente relacionada com a velocidade de conexão.

O Código de Defesa do consumidor aplica-se às negociações realizadas pela internet, prezando pelos direitos básicos do consumidor, conforme discorre o art. 6º, em que o mesmo tem direito a publicação da qualidade e características do produto ou serviço que está adquirindo; o direito de saber a respeito da procedência do produto ou serviço para manter o contato com o fornecedor, haja vista necessário o esclarecimento de dúvidas; o direito à garantia, à segurança, à saúde, à vida, e a eventuais danos pessoais e patrimoniais.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 112/12**

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis, e estabelecimentos de lavagem de veículos, a possuírem reservatórios e captadores de água da chuva, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Torna-se obrigatório aos postos de combustíveis que tenham áreas de lavagem de veículos, lava rápidos e outros estabelecimentos que realizam lavagem de veículos, a instalação de captadores de água da chuva e reservatórios, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta lei, deverão promover o reaproveitamento da água das chuvas na prestação dos serviços de lavagem de veículos.

Art. 3º O prazo de readaptação das lavagens de veículos para os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta lei, será de um ano após a publicação da mesma no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, sob pena da não renovação do alvará de funcionamento.

Art. 4º Novos empreendimentos da natureza mencionada no artigo 1º desta lei, somente receberão o alvará de funcionamento, mediante o comprovado funcionamento do sistema de captação de água das chuvas e reservatórios, no estabelecimento que o promova.

Art. 5º O poder público, através da FATMA - Fundação do Meio ambiente, será responsável em fiscalizar a aplicação desta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 45 dias após sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 22/03/12*

**JUSTIFICATIVA**

O crescimento populacional vem se dando de forma acelerada, principalmente nas capitais e grandes centros urbanos, portanto, é necessário e lógico o cuidado com a manutenção do meio ambiente, através do aproveitamento ecológico dos recursos naturais disponíveis em todas as áreas possíveis, inclusive na preservação da água potável como visa o projeto de lei em questão.

O sistema de captação da água das chuvas é utilizado através de cisternas que retêm-las, mantendo esta matéria-prima natural armazenada para fins de reutilização, e como o intuito desta reutilização de água não é extensiva ao consumo humano, e sim à prestação do serviço de lavagem de veículos, é passível sua viabilização nos estabelecimentos afins. Além do mais, o investimento neste sistema de captação, liquidar-se-á com a própria economia de água utilizada pelos estabelecimentos que promovem a lavagem de veículos, junto às concessionárias públicas de fornecimento de água potável.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2012**

Autoriza os representantes do Estado no Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício nº 0018.7/2012, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam os representantes do Estado de Santa Catarina membros do Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, autorizados a votar a alteração do Estatuto Social, conforme proposta constante no Ofício nº 0018.7/2012, desta Assembleia Legislativa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 002/2012**

Altera o art. 79 da Lei Complementar nº 453, de 2009, o art. 71 da Lei nº 15.156, de 2010, e o art. 60 da Lei Complementar nº 472, de 2009, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 79 da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. Após completar o interstício aposentatório, o integrante do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil fará jus a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento, por anuênio, a título de adicional de permanência, até o limite de 5 (cinco) anos, incorporando-se aos proventos de aposentadoria.” (NR)

Art. 2º O art. 71 da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. Após completar o interstício aposentatório, o integrante do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial fará jus a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento, por anuênio, a título de adicional de permanência, até o limite de 5 (cinco) anos, incorporando-se aos proventos de aposentadoria.” (NR)

Art. 3º O art. 60 da Lei Complementar nº 472, de 09 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. Após completar o interstício aposentatório, o integrante do Grupo Justiça e Cidadania - Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo fará jus a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento, por anuênio, a título de adicional de permanência, até o limite de 5 (cinco) anos, incorporando-se aos proventos de aposentadoria.” (NR)

Art. 4º Fica vedada a acumulação do adicional de permanência de que tratam o art. 79 da Lei Complementar nº 453, de 2009, o art. 71 da Lei nº 15.156, de 2010, e o art. 60 da Lei Complementar nº 472, de 2009, com o adicional de tempo de serviço conquistado após o interstício aposentatório.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias da Fonte 0111 - Taxas da Segurança Pública.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*